

**PROGRAMA DE MESTRADO *STRICTO SENSU*
EM DIREITO**

UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

**MANUAL DE METODOLOGIA DA PESQUISA
JURÍDICA CIENTÍFICA**

**Orientações quanto à elaboração e apresentação gráfica do
Projeto de Pesquisa e da Dissertação**

**Revisto e atualizado segundo alterações da NBR 14724:2011 – Trabalhos acadêmicos
e NBR 15287:2011 – Projetos de pesquisa.**

Prof^ª Dr^ª Maria de Fatima Ribeiro
Prof^ª Dr^ª Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

Direção Geral

Henrique Villibor Flory

Supervisão Geral de Editoração

Benedita Aparecida Camargo

Diagramação

Rodrigo Silva Rojas

Capa

Rodrigo Silva Rojas

Revisão

Letizia Zini Antunes

Conselho Editorial Acadêmico**Coordenação Geral**

Suely Fadul Villibor Flory

Ana Gracinda Queluz – UNICSUL

Anamaria Fadul – USP/INTERCOM

Arilda Ribeiro – UNESP

Antonio Hohlfeldt – PUC-RS

Antonio Manoel dos Santos Silva – UNESP/ UNIMAR

Benjamim Abdala Junior – USP

Jussara Suzi A. Nasser Ferreira – UNIMAR

Letizia Zini Antunes – UNESP

Levino Bertan – UNICAMP/UNOESTE

Lucia Maria Gomes Corrêa Ferri – UNESP/UNOESTE

Maria de Fátima Ribeiro – UNIMAR

Maria do Rosário Gomes Lima da Silva – UNESP

Raquel Lazzari Leite Barbosa – UNICAMP/UNESP

Romildo A. Sant'Anna – UNESP/UNIMAR

Rony Farto Pereira – UNESP

Soraya Regina Gasparetto Lunardi – UNIMAR

Sueli Cristina Marquesi – PUC/UNICSUL

Tereza Cariola Correa – USP/UNESP

Terezinha de Oliveira – UNESP/UEM

Walkiria Martinez Heinrich Ferrer – UNESP/UNIMAR

Editora Arte & Ciência

Av. Paulista, 2200 – Consolação - 16º andar

São Paulo-SP - CEP 01310-300

Tel.: (011) 3258-3153

E-mail: editora@arteciencia.com.br

www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR

Av. Higino Muzzi Filho, 1001

Campus Universitário - Marília-SP

Cep 17.525-902

Fone (14) 2105-4000

www.unimar.com.br

**PROGRAMA DE MESTRADO *STRICTO SENSU*
EM DIREITO**

UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

**MANUAL DE METODOLOGIA DA PESQUISA
JURÍDICA CIENTÍFICA**

**Orientações quanto à elaboração e apresentação gráfica do
Projeto de Pesquisa e da Dissertação**

**Revisto e atualizado segundo alterações da NBR 14724:2011 – Trabalhos
acadêmicos e NBR 15287:2011 – Projetos de pesquisa.**

Prof^ª Dr^ª Maria de Fatima Ribeiro
Prof^ª Dr^ª Walkiria Martinez Heinrich Ferrer



2012

© 2012 by Autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Acácio José Santa Rosa (CRB - 8/157)

R37m

Ribeiro, Maria de Fátima

Manual de metodologia da Pesquisa jurídica científica: orientações quanto a elaboração apresentação gráfica do projeto de pesquisa e da dissertação/Maria de Fátima Ribeiro, Walkiria Martinez Heinrich Ferrer – São Paulo: Arte & Ciência: Marília-SP: UNIMAR, 2012. 2 ed. Atualizada e ampliada. 132 p.; 21 cm. Contém anexos Bibliografia

ISBN – 978-85-61165-17-8

1.Direito - Metodologia da pesquisa - Manuais. 2.Metodologia científica - Direito. 3.Metodologia da pesquisa jurídica. 4.Pesquisa jurídica científica - Orientações. 5.Dissertações e monografias - Elaboração e apresentação gráfica. 6.Universidade de Marília - Mestrado em Direito - Trabalhos acadêmicos - Normas técnicas. I. Ferrer, Walkiria Martinez Heinrich. II.Título.

CDD -340
 -340.1
 -001.42

Índices para catálogo sistemático

1. Direito: Metodologia da pesquisa jurídica 340
2. Direito: Apresentação de Dissertações 340.1
3. Pesquisa em Direito: fontes jurídicas 340.1
4. Metodologia da pesquisa jurídica 001.42

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.
Todos os direitos desta edição, reservados à Editora Arte & Ciência.
As opiniões aqui emitidas são de responsabilidade dos respectivos autores.

Definir a ciência como processo significa vê-la como um incessante vir-a-ser, como uma fonte imorredoura de indagação sobre a realidade, como um movimento sempre a caminho e em constante questionamento da realidade e de si mesma. Morreria a ciência se colhesse resultados definitivos, como morre, por exemplo, no dogmatismo ou no conformismo, ou no mimetismo. Continuamos sempre a pesquisar, a desvendar novas facetas do real, a questionar o que já fizemos, porque acreditamos que não existe a última palavra, ou seja, não há, na prática, a verdade, a evidência, a certeza.

Pedro Demo

LISTA DE MODELOS

PROJETO DE PESQUISA:

Modelo 01 – Margens anverso	34
Modelo 02 – Margens verso	35
Modelo 03 – Capa	36
Modelo 04 – Folha de rosto	37
Modelo 05 – Folha de aprovação.....	38
Modelo 06 – Resumo.....	39
Modelo 07 – Sumário	40
Modelo 08 – Tema – problema.....	42
Modelo 09 – Hipóteses	44
Modelo 10 – Objetivos	46
Modelo 11 – Justificativa	47
Modelo 12 – Referencial teórico.....	48
Modelo 13 – Metodologia.....	49
Modelo 14 – Cronograma.....	50
Modelo 15 – Referências.....	51

DISSERTAÇÃO:

Modelo 16 – Capa	56
Modelo 17 – Lombada.....	57
Modelo 18 – Folha de Rosto.....	58
Modelo 19 – Ficha catalográfica.....	59
Modelo 20 – Impressão da ficha catalográfica.....	60
Modelo 21 – Errata	61
Modelo 22 – Folha de aprovação.....	62
Modelo 23 – Dedicatórias	63
Modelo 24 – Agradecimentos.....	63
Modelo 25 – Epígrafes	64
Modelo 26 – Resumo na língua vernácula.....	65
Modelo 27 – Resumo em língua estrangeira.....	66
Modelo 28 – Lista de tabelas	67
Modelo 29 – Lista de abreviaturas	67
Modelo 30 – Sumário	68
Modelo 31 – Introdução	69
Modelo 32 – Desenvolvimento	70
Modelo 33 – Conclusão	71
Modelo 34 – Referências	72
Modelo 35 – Glossário	73
Modelo 36 – Apêndices.....	74
Modelo 37 – Anexos	74
Modelo 38 – Índice.....	75

Modelo 39 – Tabela	76
Modelo 40 – Quebra de tabela	77
Modelo 41– Ilustração	78

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 DESENVOLVIMENTO DE UMA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	13
1.1 TIPOS DE MONOGRAFIA.....	15
1.2 ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.....	18
2 FONTES JURÍDICAS DE PESQUISA	21
3 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO GRÁFICA: PROJETO DE DISSERTAÇÃO	29
3.1 MARGENS ANVERSO.....	34
3.2 MARGENS VERSO.....	35
3.3 CAPA (OBRIGATÓRIO).....	36
3.4 FOLHA DE ROSTO (OBRIGATÓRIO).....	37
3.5 FOLHA DE APROVAÇÃO (OBRIGATÓRIO).....	38
3.6 RESUMO: NBR 6023:2003 (OBRIGATÓRIO).....	39
3.7 SUMÁRIO: NBR 6024:2003 (OBRIGATÓRIO).....	40
3.8 TEMA – PROBLEMA (OBRIGATÓRIO).....	41
3.9 HIPÓTESES (OBRIGATÓRIO).....	43
3.10 OBJETIVOS (OBRIGATÓRIO).....	44
3.11 JUSTIFICATIVA (OBRIGATÓRIO).....	46
3.12 – REFERENCIAL TEÓRICO (OBRIGATÓRIO).....	47
3.13 – METODOLOGIA (OBRIGATÓRIO).....	48
3.14 – CRONOGRAMA (OBRIGATÓRIO).....	49
3.15 – REFERÊNCIAS (OBRIGATÓRIO).....	51
4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO GRÁFICA: DISSERTAÇÃO	53
4.1 CAPA (OBRIGATÓRIO).....	56
4.2 LOMBADA (OPCIONAL) NBR 12225:2004.....	57
4.3 FOLHA DE ROSTO (OBRIGATÓRIO).....	58
4.4 ELABORAÇÃO DA FICHA CATALOGRÁFICA (OBRIGATÓRIO).....	58
4.5 ERRATA (OPCIONAL).....	61
4.6 FOLHA DE APROVAÇÃO (OBRIGATÓRIO).....	62
4.7 DEDICATÓRIAS, AGRADECIMENTOS E EPÍGRAFES (OPCIONAIS).....	63
4.8 RESUMO NA LÍNGUA VERNÁCULA (OBRIGATÓRIO).....	65
4.9 RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA (OBRIGATÓRIO).....	66
4.10 LISTAS: ILUSTRAÇÕES, TABELAS, ABREVIATURAS E SIGLAS (OPCIONAIS).....	67
4.11 SUMÁRIO (OBRIGATÓRIO).....	67
4.12 INTRODUÇÃO (OBRIGATÓRIO).....	69
4.13 DESENVOLVIMENTO.....	70
4.14 CONCLUSÃO (OBRIGATÓRIO).....	71

4.15 REFERÊNCIAS (OBRIGATÓRIO)	72
4.16 GLOSSÁRIO (OPCIONAL).....	73
4.17 APÊNDICE, ANEXO E ÍNDICE.....	74
4.18 TABELAS E ILUSTRAÇÕES	75
5 CITAÇÕES EM DOCUMENTOS: NBR 10520:2002	79
5.1 ELABORAÇÃO DAS CITAÇÕES	82
5.1.1 Citações indiretas	82
5.1.2 Citações diretas	83
6 ELABORAÇÃO REFERÊNCIAS DOCUMENTOS JURÍDICOS: NBR 6023	91
7 PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO E DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO	97
7.1 EXAME DE QUALIFICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	99
7.2 DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO	102
7.2.1 Protocolo dos exemplares definitivos (IMPRESSOS) da dissertação	105
7.2.2 Protocolo da Dissertação gravada em CDROM	106
REFERÊNCIAS	109
ANEXO A - REGRAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)	113
ANEXO B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	117
ANEXO C - SÍNTESE – NBR 6023: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – REFERÊNCIAS – ELABORAÇÃO	119

APRESENTAÇÃO

O MANUAL DE METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA CIENTÍFICA, ora editado por Arte & Ciência e UNIMAR, destina-se especialmente aos mestrandos do Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília-SP – UNIMAR. As informações aqui reunidas têm a finalidade precípua de auxiliar os mestrandos na elaboração do Projeto e no desenvolvimento da Dissertação, em sua forma e conteúdo, bem como apresenta as orientações para o exame de qualificação e defesa pública da dissertação. Visa, assim, apresentar-se como um meio facilitador a fim de auxiliar os mestrandos na elaboração dessas atividades acadêmicas, que requer a observância das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Metodologia Científica. As regras aqui definidas têm como base, além das normas da ABNT, o atendimento ao Regulamento do Programa de Mestrado em Direito e ao Regulamento da Pós-Graduação da UNIMAR.

Este Manual apresenta também os critérios para avaliação por parte dos professores orientadores e membros das Bancas Examinadoras dos Exames de Qualificação e de Defesa Pública das Dissertações e servirá, ainda, de subsídio para a redação de monografias e artigos científicos. A elaboração e a defesa da Dissertação são requisitos para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Direito da UNIMAR, que tem como Área de Concentração: Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social. A temática abordada na dissertação deve, necessariamente, estar ligada a uma das duas Linhas de Pesquisa do Programa: I – Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais ou Empreendimentos Econômicos; II - Processualidade e Relações Jurídicas.

O conteúdo desta obra integra as atividades da Disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, e sua observância é um dos parâmetros de avaliação, conforme previsto no Programa de Ensino, na medida em que fornece as normas técnicas a serem observadas pelos mestrandos.

Nos dois primeiros capítulos são destacadas as apresentações sobre o desenvolvimento de uma investigação científica e as fontes jurídicas da pesquisa. De igual modo, encontram-se informações sobre a elaboração do Projeto de Dissertação, com a descrição de todas as suas etapas e com as orientações gerais para o desenvolvimento da dissertação.

Na sequência, são definidos os padrões a serem observados nos aspectos gráficos da dissertação, citações em documentos e as orientações sobre as referências de documentos jurídicos. Ao final, são apresentados os procedimentos para a realização do Exame de Qualificação e da Defesa Pública da Dissertação, como orientação para os mestrandos, com a indicação de formalidades regulamentares da UNIMAR, tanto para os prazos, protocolo dos exemplares, quanto sobre os demais procedimentos necessários a fim de que sejam atendidos esses requisitos para conclusão do Curso de Mestrado em Direito. Há, também, as orientações quanto à elaboração e apresentação gráfica do Projeto de Pesquisa e da Dissertação e demais procedimentos estabelecidos.

Com a atuação dos professores orientadores, da coordenação do Programa, em parceria com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e o apoio institucional da UNIMAR, a produção científica do Programa de Mestrado em Direito continuará sendo representativa e de alto nível. É o que pretendem as autoras com a proposta desta obra.

Marília, fevereiro de 2012.

Prof^ª Dr^ª Walkiria Martinez Heinrich Ferrer
Prof^ª Dr^ª Maria de Fatima Ribeiro

1

Desenvolvimento de uma
investigação científica

1 DESENVOLVIMENTO DE UMA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Ao iniciar um estudo sobre a questão estrutural de uma investigação científica, primeiro convém estabelecer a necessária definição de ciência. Para isso é necessário responder a duas perguntas. A primeira: O que confere cientificidade a uma investigação? A segunda: O que diferencia uma simples especulação de uma investigação científica?

A cientificidade é obtida por meio da utilização de um método de pesquisa, pela preocupação com a objetividade e neutralidade científica e, principalmente, pela obediência a algumas determinações tanto na investigação quanto na apresentação textual de um trabalho considerado científico. "Fazer ciência" significa, portanto, percorrer um processo, ou seja, seguir determinadas etapas de investigação e sistematizar, de forma lógica e coerente, as novas descobertas, transformando percepções do real em fundamentos teóricos.

Trabalho científico consiste em uma monografia de conclusão de curso de graduação, o chamado TCC, em uma dissertação desenvolvida em um programa de mestrado, ou, então, em uma tese, exigida no doutorado? Tais trabalhos são desenvolvidos de forma diferenciada ou dizem respeito a uma questão conceitual? Vejamos.

1.1 TIPOS DE MONOGRAFIA

Segundo Marconi são numerosas e variadas as definições de monografia. Entretanto, de acordo com a autora, a monografia apresenta as seguintes características: é um trabalho escrito, sistemático e completo, que trata de um tema específico ou particular de uma ciência

ou de parte dela; desenvolve um estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso; confere ao assunto um tratamento extenso, preciso e claro, enfocando vários aspectos e ângulos do caso; utiliza, necessariamente, uma metodologia científica e oferece uma contribuição importante, original e pessoal para a ciência.¹

Embora alguns autores considerem "monografias" os demais tipos de trabalhos desenvolvidos na pós-graduação, convêm estabelecer alguma distinção entre eles, pois, basicamente, o ponto diferenciador consiste na profundidade da análise desenvolvida.

Henriques e Medeiros, embora utilizando o termo "monografia" para os demais escritos, salientam as principais características desses níveis de análise científica, ou seja, monografias, dissertações e teses:

Na **monografia de graduação**, é suficiente a revisão bibliográfica, ou revisão da literatura. É mais um trabalho de assimilação de conteúdos, de confecção de fichamentos e, sobretudo, de reflexão. É, propriamente, uma pesquisa bibliográfica, o que não exclui capacidade investigativa de conclusões ou afirmações dos autores consultados.

Na **monografia para a obtenção do grau de mestre**, além da revisão da literatura, é preciso dominar o conhecimento do método de pesquisa e informar a metodologia utilizada na pesquisa. É um trabalho de confecção de fichamentos e reflexão, embora não haja preocupação em apresentar novidades quanto às descobertas, o pesquisador expõe novas formas de ver uma realidade já conhecida. A apresentação de um ponto de vista pessoal é de rigor.

Finalmente, na **monografia para obtenção do grau de doutor**, são elementos fundamentais: a revisão da

¹ MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*: para o curso de Direito. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 70.

literatura, a metodologia utilizada, o rigor da argumentação e apresentação de provas, a profundidade das ideias, os avanços dos estudos na área.² (grifo do autor).

De modo geral, monografia (graduação), dissertação (mestrado) e tese (doutorado) compreendem um estudo sistemático, lógico e responsável de determinado tema, a fim de apresentar resultados que estejam fundamentados cientificamente.

Segundo o disposto pelo Regulamento Geral da Pós-Graduação da Universidade de Marília:

Art. 39. Para obtenção do título de Mestre ou Doutor, será exigido do aluno, além do cumprimento de créditos em disciplinas, uma Monografia, Dissertação ou Tese, respectivamente.

§ 1º - A Monografia é entendida como um trabalho resultante de pesquisa científica e desenvolvida com metodologia adequada.

§ 2º - A Dissertação é entendida como pesquisa teórica ou teórico-prática, bibliográfica, com fundamentação experimental, desenvolvida com rigor científico.

§ 3º [...]

§ 4º A Tese é entendida como pesquisa, com resultados próprios, originais, válidos e aplicáveis, desenvolvida no rigor da metodologia científica tradicional, para ser apresentada, obedecendo todas as normas da publicação científica, como um trabalho de erudição que almeja contribuir para o conhecimento de uma área fundamental do saber humano.³

² HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no curso de Direito: trabalho de conclusão de curso: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p.48.

³ REGULAMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA / UNIMAR. Marília, São Paulo.

Tal tarefa, todavia, não pode ser realizada de forma aleatória, com um simples relato dos resultados obtidos pela observação da realidade. Necessariamente uma investigação científica deve seguir determinadas etapas de pesquisa para que seja atingido o rigor científico e o resultado possa ser transmitido, de forma clara, para a comunidade, e essa possa acompanhar e testar a veracidade da pesquisa.

1.2 ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Segundo Severino "a preparação metódica e planejada de um trabalho científico supõe uma sequência de momentos [...]".⁴ Como o objetivo deste manual não consiste em "ensinar a pesquisar" e sim apresentar algumas considerações quanto à apresentação gráfica de trabalhos científicos, passamos a expor algumas sugestões de pesquisa, que podem servir de suporte para a realização de uma investigação científica.

Após a determinação do tema-problema da pesquisa, o passo seguinte consiste no levantamento bibliográfico. Isso tem início nos textos básicos (revistas, enciclopédias e dicionários da área, no caso, jurídica, e outros) propiciando uma primeira aproximação do aluno ao tema proposto. Posteriormente, consultam-se textos especializados (fontes jurídicas: doutrinas, jurisprudência, legislação e outros), e se aprofunda a análise.

⁴ SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. ver ampl. de acordo com a ABNT, São Paulo:Cortez, 2002, p. 73.

A tarefa seguinte consiste na seleção do material localizado, pois, geralmente, levanta-se uma grande quantidade de material bibliográfico. Isso evita dispersão e atraso na elaboração do trabalho.

Severino, na mesma obra, ensina que:

[...] Nem tudo será necessariamente lido, pois nem tudo interessará devidamente ao tema a ser estudado. Os documentos que se revelarem pouco pertinentes ao tema serão deixados de lado. Para presidir a essa triagem, utilizem-se as resenhas, que permitem avaliar a utilidade do documento em questão. Na falta delas, além da opinião de especialistas, o melhor caminho é tomar contato direto com a obra, lendo seu sumário, o prefácio, a introdução, as “orelhas”, assim como algumas passagens do seu texto, até o momento em que se possa ter dela uma opinião.⁵

Após a seleção do material localizado, ele é lido e fichado. Para a realização dessa tarefa torna-se necessário um roteiro provisório de trabalho, basicamente um sumário provisório, ou o que os autores denominam de "esqueleto" de pesquisa, no qual deverão estar descritas suas etapas, com base nas percepções iniciais do autor com relação ao tema proposto e ao objetivo do trabalho.

Finalmente, o autor deve ater-se à construção lógica do trabalho, ou seja, à sequência organizada das ideias e conclusões, pois o receptor-leitor não participou das etapas anteriores da elaboração do trabalho e não tem o nível de conhecimento do emissor-autor sobre o tema em questão. Para que a mensagem seja recebida em sua totalidade, o texto deve ser inteligível.

⁵ SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. ver ampl. de acordo com a ABNT, São Paulo:Cortez, 2002, p. 73.

[...] as partes do trabalho, seus capítulos e, no interior deles, os parágrafos, devem ter uma sequência lógica rigorosa, determinada pela estrutura do discurso. Não basta que as proposições tenham sentido em si mesmas: é necessário que o sentido esteja logicamente inserido no contexto do discurso e da redação.⁶

O exposto até aqui representa algumas considerações relativas ao desenvolvimento de uma investigação científica. Certamente cada pesquisador tem o estilo próprio para realizar seu estudo, mas a observância destas orientações leva a uma maior racionalização das tarefas e, conseqüentemente, a uma maior aproximação com a objetividade científica e a utilização metódica dos recursos disponíveis.

⁶ SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. ver ampl. de acordo com a ABNT, São Paulo:Cortez, 2002, p. 73.

2

Fontes Jurídicas de Pesquisa

2 FONTES JURÍDICAS DE PESQUISA

Toda área do conhecimento possui suas fontes específicas de pesquisa, ou seja, o material existente (ou ainda desconhecido do pesquisador) referente ao tema analisado. Nesse sentido, a atividade de pesquisa será orientada pelas fontes de pesquisa, as quais constituem o referencial metodológico para a elaboração de uma investigação científica.

Na área jurídica, Bittar⁷ divide as fontes de pesquisa em:

1 Fontes mediatas de pesquisa: experiência; vivência; engajamento laboral; observação; engajamento político; aprendizado didático-escolar; inter-relacionamento social...

2 Fontes imediatas de pesquisa:

2.1 Fontes imediatas de pesquisa de interesse jurídico: filmes; canções; notícias de jornais; jornalismo televisivo; reportagens; entrevistas; Internet (*sites e links*); fonogramas; videofonogramas; ilustrações, gravuras, fotos, pinturas, esculturas; experiências laboratoriais; discursos políticos...

2.2 Fontes imediatas jurídico-formais de pesquisa: lei, doutrina (artigos, anais de congressos, livros, palestras...), jurisprudência (decisões dos tribunais, súmulas, enunciados...), contrato, costume, equidade, princípios e analogia.

O objetivo do presente texto não consiste em analisar separadamente cada uma das fontes imediatas jurídico-formais de pesquisa em seu conteúdo, pois essa questão é própria ao universo acadêmico e profissional dos operadores do Direito. O que interessa à nossa exposição é a maneira de manipular cada uma dessas fontes, ou seja, dar orientações para a sua utilização.

⁷ BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: 2002.

Nesse sentido, tendo como base a obra de Bittar, apresentamos a seguir, os pontos essenciais para a manipulação metodológica das fontes jurídico-formais de pesquisa.

MANIPULANDO A LEI

- b) Definir claramente se o trecho transcrito diz respeito a uma interpretação ou ao texto da lei.
- c) No caso de transcrição do texto da lei, utilizar as orientações da ABNT relativas às citações diretas.
- d) As abreviaturas e supressões serão utilizadas apenas quando não comprometerem o sentido do texto.
- e) Ao citar um texto de lei certificar-se de que não foi revogado (derogado ou ab-rogado).
- f) Deve-se obedecer à hierarquia normativa ao citar leis, ou seja, inicia-se pela Constituição Federal, emenda constitucional e assim por diante.

MANIPULANDO A JURISPRUDÊNCIA

- a) Com o objetivo de apresentar uma visão geral do tema em questão é recomendável relacionar as diversas correntes jurisdicionais formadas.
- b) Salientar a orientação da pesquisa nesta ou naquela direção jurisprudencial, ou seja, esclarecer ao leitor a preferência do autor.

Nesse sentido:

Deve-se citar a suma doutrinária do acórdão, ou a tese de direito, ou de subsunção do direito a determinados fatos, se quiser fazer uso do conteúdo do acórdão. Ademais para referendar uma posição teórica ou forense, para traçar os entendimentos jurisprudenciais e contrapô-los às carências sociais e leigas, ou simplesmente para instruir ainda mais um trabalho de pesquisa, é usual que se reproduza, com fidedignidade, a emenda do acórdão.⁸

Bittar esclarece os procedimentos necessários para manusear documentos jurídicos de forma consistente, conferindo cientificidade às investigações científicas:

MANIPULANDO A DOUTRINA

- a) Realizar um estudo aprofundado da obra de um doutrinador antes de utilizá-lo como fundamento para argumentações.
- b) Citar doutrinadores contrários à linha de raciocínio sustentada no texto.
- c) Evitar a possibilidade de ser acusado de plágio utilizando corretamente as orientações da ABNT para transcrição literal de determinadas passagens.
- d) Citar doutrinadores estrangeiros, mas observando sua adequação ao contexto jurídico nacional.

⁸ BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. 2. ed. rev.. ampl. São Paulo, 2002, p. 155.

MANIPULANDO A ANALOGIA

Se a analogia tiver sido aplicada por um Tribunal ou até mesmo por um juiz de primeira instância, poder-se-á invocar essa decisão judicial, resumindo-se a referência a esta transcrição da decisão, acompanhada de seu comentário.

MANIPULANDO OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

Os princípios devem ser transcritos em língua latina, em itálico. A tradução é opcional e deve constar entre parênteses, logo após a transcrição original.

MANIPULANDO O COSTUME

[...] existem meios para comprovação da existência de costumes, podendo, assim, fundamentar uma investigação científica. São eles: documentos da época, fotografias, relatos, recortes de jornal, entrevistas, dentre outros.

MANIPULANDO O NEGÓCIO JURÍDICO

O negócio jurídico pode ser invocado em pesquisa, seja como tema principal seja como tema lateral, e sua importância reside no fato de que pode representar um avanço em relação à legislação existente, bem como quanto às práticas negociais existentes [...]. Se o negócio é nacional, pode-se valer de seu texto para ilustrar a pesquisa em andamento; se o negócio é estrangeiro, pode-se traduzi-lo para que venha a ser adaptado às necessidades nacionais.

Verificadas essas observações, o projeto de pesquisa pode ser iniciado.

3

Elaboração e apresentação gráfica
Projeto de Dissertação

3 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO GRÁFICA: PROJETO DE DISSERTAÇÃO

As normas para elaboração de um projeto de pesquisa são variáveis entre as instituições, mas devem respeitar as especificações da ABNT. O presente texto apresenta a estrutura do Projeto de Pesquisa para Dissertação Jurídica segundo critérios estabelecidos pelo Programa de Mestrado em Direito do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade de Marília, tendo como base as Normas Técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especificamente a NBR 14724, atualizada em abril de 2011. Convém salientar que as alterações estão sublinhadas.

De acordo com a NBR 14724, a estrutura de um projeto de pesquisa consiste em:

PARTE EXTERNA

- 1 CAPA (obrigatório)
- 2 LOMBADA (opcional)

PARTE INTERNA

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

- 3 FOLHA DE ROSTO (obrigatório)
- 4 FOLHA DE APROVAÇÃO (obrigatório)
- 5 RESUMO (obrigatório)
- 6 LISTA DE ILUSTRAÇÕES (opcional)
- 7 LISTA DE TABELAS (opcional)
- 8 LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (opcional)
- 9 LISTA DE SÍMBOLOS (opcional)
- 10 SUMÁRIO (obrigatório)

ELEMENTOS TEXTUAIS

- 11 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA (obrigatório)
- 12 HIPÓTESES (obrigatório)
- 13 OBJETIVOS: gerais e específicos (obrigatório)
- 14 JUSTIFICATIVAS (obrigatório)
- 15 REFERENCIAL TEÓRICO (obrigatório)
- 16 METODOLOGIA (obrigatório)
- 17 CRONOGRAMA (obrigatório)

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

- 18 REFERÊNCIAS (obrigatório)
- 19 GLOSSÁRIO (opcional)
- 20 APÊNDICE (opcional)
- 21 ANEXO (opcional)
- 22 ÍNDICE (opcional)

Segundo a NBR 14724, o projeto gráfico é de responsabilidade do autor, embora existam recomendações da ABNT em relação a esse aspecto, recomendações adotadas também pelo Programa de Mestrado em Direito / UNIMAR:

Os textos devem ser digitados ou datilografados em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações. Se impresso, utilizar papel branco ou reciclado, no formato A4 (21 cm x 29,7 cm).

Os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha. **Recomenda-se que os elementos textuais e pós-textuais sejam digitados ou datilografados no anverso e verso das folhas.**

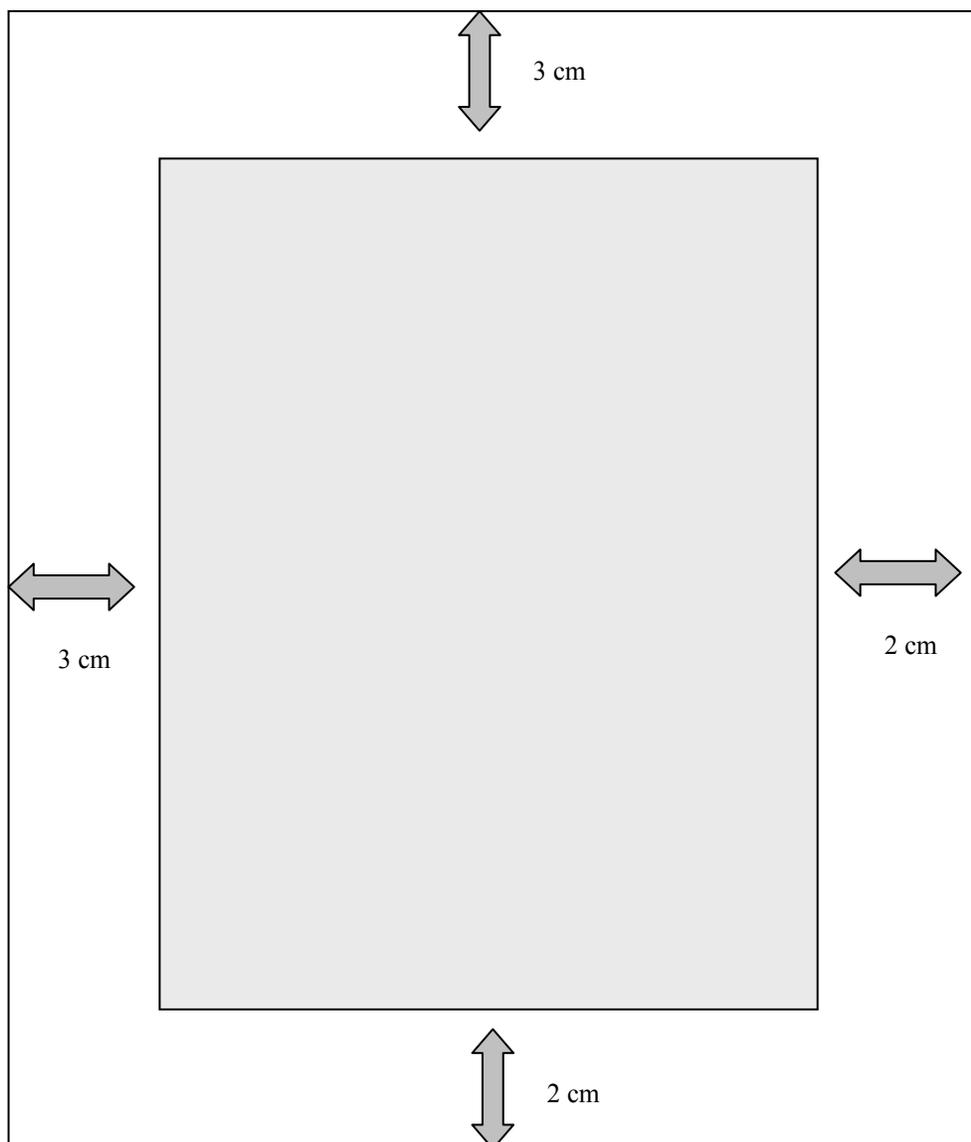
As margens devem ser: para o anverso, esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; **para o verso, direita e superior de 3 cm e esquerda e inferior de 2 cm.**

Recomenda-se, quando digitado, fonte tamanho 12 para todo o trabalho, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser em tamanho menor e uniforme.

Feitas essas observações, seguem alguns modelos dos elementos que compõem um Projeto de Dissertação, acompanhadas de considerações, quando necessárias.

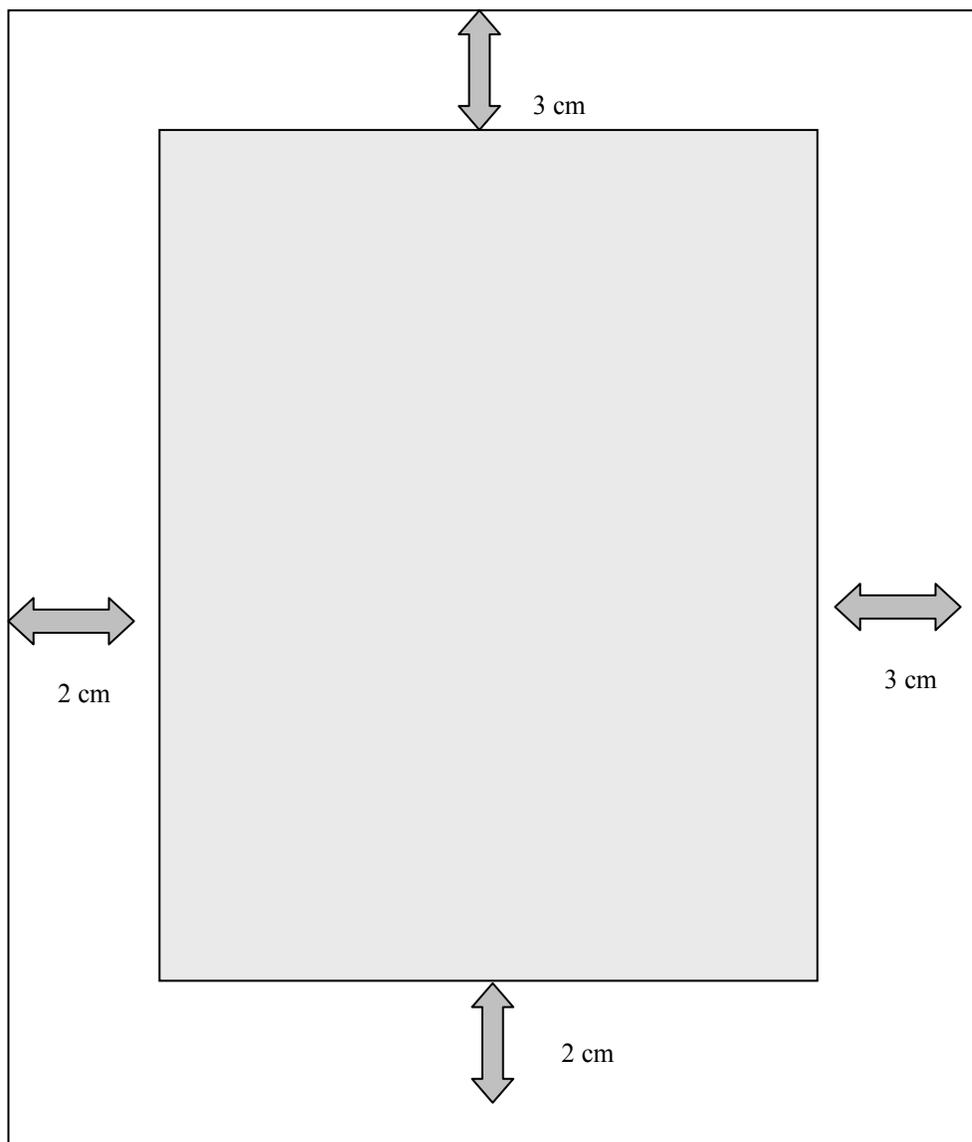
3.1 MARGENS ANVERSO

Modelo 1 – Margens anverso (frente)



3.2 MARGENS VERSO

Modelo 2 – Margens verso (impressão frente e verso)



3.3 CAPA (OBRIGATÓRIO)

Modelo 3 - Capa

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DE MARÍLIA (limite da margem superior – Fonte 12, CAIXA ALTA, sem negrito)</p> <p style="text-align: center;">NOME DO AUTOR (Fonte 12, CAIXA ALTA, sem negrito)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO e SUBTÍTULO (título: fonte 12, em negrito, se houver subtítulo deve ser precedido de:, fonte 12, sem negrito, CAIXA ALTA)</p> <p style="text-align: center;">MARÍLIA 2012 (limite da margem inferior – Fonte 12, CAIXA ALTA)</p>

3.4. FOLHA DE ROSTO

Modelo 4 – Folha de rosto

<p style="text-align: center;">NOME DO AUTOR (Limite da margem superior – Fonte 12, CAIXA ALTA, sem negrito)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO e SUBTÍTULO (título: fonte 12, em negrito, se houver subtítulo deve ser precedido de:, fonte 12, sem negrito, CAIXA ALTA)</p> <p style="text-align: right;">Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Prof.(a) Dr.(a)</p> <p style="text-align: left;">(fonte 11, espaçamento simples entre linhas, recuo 7 cm da margem esquerda)</p> <p style="text-align: center;">MARÍLIA 2012 (Limite da margem inferior, fonte 12, CAIXA ALTA)</p>
--

3.5 FOLHA DE APROVAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

Modelo 5 – Folha de aprovação

<p style="text-align: center;">NOME DO AUTOR (Fonte 12, centralizado, CAIXA ALTA)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO DO TRABALHO (Fonte 12, centralizado, CAIXA ALTA)</p> <p>Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Prof.(a) Dr.(a)</p> <p>Aprovado em: __ / __ / ____</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Coordenação do Programa de Mestrado em Direito</p> <p>Considerações _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

3.7 SUMÁRIO: NBR 6024:2003 (OBRIGATÓRIO)

Modelo 07- Sumário

SUMÁRIO	
	(limite da margem superior, fonte 12, negrito) (espaçamento 1,5 entre linhas entre o título e o resumo)
1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA*
2 HIPÓTESES
3 OBJETIVOS
3.1 OBJETIVO GERAL**
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
4 JUSTIFICATIVAS
5 REFERENCIAL TEÓRICO
6 METODOLOGIA
7 CRONOGRAMA
REFERÊNCIAS
(espaçamento simples entre linhas e separadas entre si por um espaço simples em branco)	

* Sessão primária: CAIXA ALTA, fonte 12, negrito.

** Seção secundária: CAIXA ALTA, fonte 12 e sem negrito

3.8 TEMA-PROBLEMA (OBRIGATÓRIO)

O primeiro ponto a ser considerado consiste na afinidade do pesquisador com o tema selecionado, que, de forma geral, resume-se no assunto que será estudado. Uma dissertação poderá tratar da questão do "Desemprego no Brasil", mas como é um tema muito amplo, precisa ser delimitado:

TEMA

O DESEMPREGO NO BRASIL DURANTE O GOVERNO DE FHC

Em relação ao problema a ser estudado, Mezzaroba e Monteiro afirmam:

Aqui você deve formular (como uma indagação, pergunta, questão) o problema fundamental que você está se propondo a tratar, a clarificar e até a oferecer respostas, dependendo do tipo de pesquisa. Pense que o resultado de seu esforço de investigação será justamente a resposta encontrada por você no decorrer dessa tarefa. Em qualquer pesquisa sempre vamos nos defrontar com o estudo da(s) *causas(s)* e/ou do(s) *efeito(s)* do problema. Assim, preste atenção sobre o que você pretende investigar: *causas*, *efeitos* ou os dois.⁹ (grifos do autor)

⁹ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2003, p.200.

Para precisar o problema da investigação, o pesquisador deve terminar a redação com uma interrogação. No caso de nosso exemplo, vamos optar pelas causas do desemprego no Brasil:

PROBLEMA

As políticas governamentais de Fernando Henrique Cardoso contribuíram para o agravamento do desemprego no país?

Modelo 08: Tema-problema

Título: TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA:
Fonte 12, CAIXA ALTA, negrito

Texto: Espaçamento 1,5 após o título e entre linhas, fonte 12. Deve-se terminar o texto especificando o problema (interrogação).

Paginação: Embora a numeração seja sequencial, a partir da folha de rosto, a visualização do algarismo é iniciada no TEMA-PROBLEMA.

05

1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.
Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxx.
Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

3.9 HIPÓTESES (OBRIGATÓRIO)

As hipóteses podem ser interpretadas como possíveis soluções para o problema levantado, o que não significa que sua veracidade deverá ser constatada ao final da investigação, pois novos dados poderão surgir durante o desenvolvimento do tema. Basicamente, consiste em "[...] algum tipo de posição a priori com base em determinada teoria".¹⁰ Em nosso exemplo, as hipóteses poderiam ser colocadas da seguinte forma:

Neste momento você apresenta as possibilidades de respostas para o(s) problema(s) suscitado(s), são os caminhos que o raciocínio deverá percorrer na tarefa de desenvolvimento fundamentado do trabalho. Podem ser afirmativas ou negativas, afinal, você pode vir a mudar de ideia ao longo do curso da pesquisa. As hipóteses são previsões ou suposições que poderão ser confirmadas ou não ao final da pesquisa.¹¹

HIPÓTESES

- a) Não houve um incentivo por parte do Governo Federal para a criação de novos postos de trabalho.
- b) A modernização da indústria nacional intensificou o aumento do desemprego estrutural.
- c) Houve um aumento significativo da disponibilidade de mão de obra em alguns setores da economia.

¹⁰MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008, p.200.

¹¹ Op. cit.

Modelo 09 - Hipóteses

Título: HIPÓTESES:
Fonte 12, CAIXA ALTA, negrito.

Texto: Espaçamento 1,5 após o título e entre linhas, fonte 12.

Alíneas: as alíneas são ordenadas alfabeticamente; o texto da alínea começa por letra minúscula e termina em ponto e vírgula, exceto a última que termina em ponto.

2 HIPÓTESES

06

- a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXX;
- b) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX;
- c) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

3.10 OBJETIVOS (OBRIGATÓRIO)

Ainda segundo os autores:

Se você está se propondo a pesquisar algum assunto é porque tem uma meta a ser alcançada, pretende constatar, verificar, examinar ou analisar algo. Este é seu objetivo geral. Enquanto o objetivo geral busca definir uma meta para o trabalho como um todo, os objetivos específicos estão voltados ao atendimento de questões mais particulares da pesquisa.

ATENÇÃO!

Jamais confunda o objetivo com o problema da pesquisa, apesar de haver uma certa proximidade entre ambos. Com o objetivo pretendemos sempre esclarecer, verificar, examinar alguma coisa, objeto, lei, dentro de determinados parâmetros. O problema é a motivação da

pesquisa, ou seja, é a pergunta ou perguntas que queremos responder com a nossa pesquisa.¹²

Se a análise estiver voltada às causas do desemprego no Brasil, o objetivo geral poderá ser definido como:

OBJETIVO GERAL

Verificar as causas das altas taxas de desemprego no país durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Além do objetivo geral, sempre surgirão outros objetivos secundários e mais específicos a serem alcançados com o resultado da pesquisa. Os objetivos específicos podem ser estabelecidos a partir de cada capítulo de nossa pesquisa. Dessa forma, para cada capítulo podemos estabelecer um ou mais objetivos que estarão voltados tão-somente para aquela parte da pesquisa.¹³

Em relação ao exemplo utilizado neste texto, os objetivos específicos consistem em:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Levantamento da taxa de desemprego em nossa História recente.
- b) Espécie de desemprego verificado no período: cíclico ou estrutural.
- c) Políticas econômicas e sociais do governo FHC no que diz respeito à geração de empregos.

¹² MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008, p.205-206.

¹³ Op. cit. p. 206.

Da mesma forma, deve-se salientar a necessidade e relevância de sua análise para o contexto político, econômico e social:

Modelo 11 – Justificativa

Título: JUSTIFICATIVA
Fonte 12, CAIXA ALTA, negrito.

Texto: Espaçamento 1,5 após o título e entre linhas, fonte 12.

08

4 JUSTIFICATIVA

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxx.

3.12 REFERENCIAL TEÓRICO (OBRIGATÓRIO)

Aqui você irá demonstrar o domínio das informações que já estudou e/ou coletou. É fundamental que os aspectos teóricos embasadores de sua perspectiva no tratamento do objeto sejam apontados de forma clara e extensiva nesse ponto, para que fique manifesto o seu marco teórico ou o conjunto dos referenciais teóricos eleitos que irão embasar seu enfoque ou o conjunto dos critérios categoriais fundamentais para tratar de seu tema.¹⁵

¹⁵ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2008, p.205-206.

Em “referencial teórico”, o pesquisador poderá utilizar as citações, diretas ou indiretas, para demonstrar a base teórica de sua investigação. Convém utilizar o bom senso ao trabalhar com esses recursos, pois o excesso de citações poderá acarretar uma impressão equivocada sobre o pesquisador, ou seja, seu empobrecimento argumentativo.

Um texto de cinco páginas com 20 citações demonstra que quase não houve argumentação do autor. Isso transforma o trabalho em um mero fichamento.

Modelo 12 - Referencial teórico

Título: REFERENCIAL
TEÓRICO:
Fonte 12, CAIXA ALTA,
negrito.

Texto: Espaçamento 1,5 após
o título e entre linhas, fonte
12.

09

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

3.13 METODOLOGIA (OBRIGATÓRIO)

Aqui você faz a opção pela modalidade de pesquisa mais adequada à consecução de seus objetivos e indica os meios (métodos e procedimentos) que adotará para operar com seu objeto.

No conjunto da investigação o pesquisador deverá aplicar, como vimos anteriormente, métodos científicos idôneos, no item dedicado à metodologia, o autor deverá indicar qual método adotou: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético, sistêmico e eventuais métodos auxiliares.

Deverão ser igualmente apontados os procedimentos instrumentais a serem utilizados: material bibliográfico, jurisprudência, estatísticas, entrevistas, análise de caso, e assim por diante.¹⁶

Modelo 13 - Metodologia

Texto: Espaçamento 1,5 após o título e entre linhas, fonte 12.

Título: METODOLOGIA:
Fonte 12, CAIXA ALTA, negrito.

6 METODOLOGIA

10

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXX.

3.14 CRONOGRAMA (OBRIGATÓRIO)

O planejamento da pesquisa deve indicar a previsão de seu início e fim. Além de determinar essas datas, organize todas as atividades-meio de forma

¹⁶ MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008, p.207.

rigorosamente planejada e executável. **Planeje tudo com senso de realidade.** Lembre-se: o tempo passa rápido, especialmente quando não o desejamos.

O cronograma deverá prever o tempo necessário para a consecução de cada etapa da pesquisa: para localizar o material; para ler; para fichar; para entrevistar; para colher dados estatísticos; para redigir cada parte da estrutura final do trabalho; para fazer as revisões recomendadas pelo orientador, se for o caso; para correção do português; para formatação (estética) do trabalho, e assim por diante. ¹⁷ (grifo do autor).

Modelo 14 - Cronograma

11												
7 CRONOGRAMA												
Etapas da Dissertação	Meses/Ano XXXX											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Elaboração do projeto												
Levantamento bibliográfico												
Análise dos dados e informações												
Redação do 1º capítulo												
Redação do 2º capítulo												
Redação do 3º capítulo												
Conclusão e referências												
Revisão e redação final												

¹⁷ MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008, p.207.

3.15 REFERÊNCIAS (OBRIGATÓRIO)

Modelo 15 - Referências

12

REFERÊNCIAS

(fonte 12, espaçamento simples entre linhas e **separadas entre si por um espaço simples em branco**)

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943, 2v.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

LEAL, N. MP fiscaliza com autonomia total. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 1999.

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHIMIT, J. (Org.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, R. N. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <http://www.prpesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm>
Acesso em: 21 jan.1997.

Um espaçamento 1,5 após o título e a primeira obra.

4

Elaboração e apresentação gráfica
Dissertação

4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DISSERTAÇÃO

As normas para elaborar uma Dissertação, assim como o projeto de pesquisa, são variáveis entre as instituições, mas devem atender às especificações da ABNT. O modelo de Dissertação aqui apresentado segue critérios estabelecidos pelo Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília e se baseia nas normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especificamente a NBR 14724, atualizada em abril de 2011.

A estrutura de uma Dissertação consiste em:

PARTE EXTERNA

- 1 CAPA (obrigatório)
- 2 LOMBADA (obrigatório)

PARTE INTERNA

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

- 3 FOLHA DE ROSTO (obrigatório)
- 4 ERRATA (opcional)
- 5 FOLHA DE APROVAÇÃO (obrigatório)
- 6 DEDICATÓRIA (opcional)
- 7 AGRADECIMENTOS (opcional)
- 8 EPÍGRAFE (opcional)
- 9 RESUMO NA LÍNGUA VERNÁCULA (obrigatório)
- 10 RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA (obrigatório)
- 11 LISTA DE ILUSTRAÇÕES (opcional)
- 12 LISTA DE TABELAS (opcional)
- 13 LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (opcional)
- 14 LISTA DE SÍMBOLOS (opcional)
- 15 SUMÁRIO (obrigatório)

ELEMENTOS TEXTUAIS

- 16 INTRODUÇÃO
- 17 DESENVOLVIMENTO
- 18 CONCLUSÃO

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

- 19 REFERÊNCIAS (obrigatório)
- 20 GLOSSÁRIO (opcional)
- 21 APÊNDICE (opcional)
- 22 ANEXO (opcional)
- 23 ÍNDICE (opcional)

As orientações básicas quanto ao formato de papel e tipo de fonte utilizada na Dissertação são as mesmas apresentadas para o Projeto de Pesquisa. Informações complementares quanto ao depósito das Dissertações para a Banca Examinadora serão apresentadas no item sete.

A seguir, modelos para a apresentação gráfica da Dissertação, acrescidos de algumas observações, quando pertinentes.

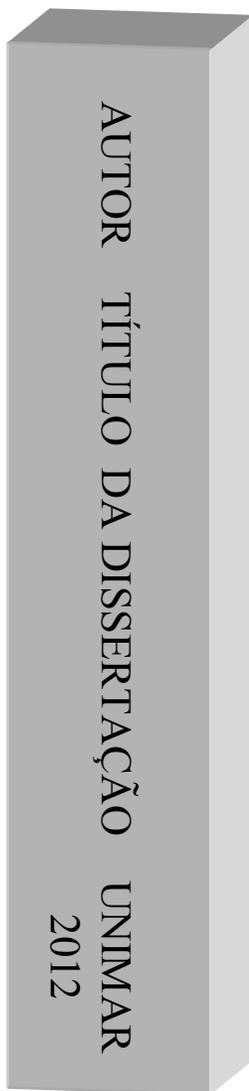
4.1 CAPA (OBRIGATÓRIO)

Modelo 16 - Capa

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DE MARÍLIA (limite da margem superior, centralizado, fonte 12, CAIXA ALTA, sem negrito)</p> <p style="text-align: center;">NOME DO AUTOR (centralizado, fonte 12, CAIXA ALTA, sem negrito)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO e SUBTÍTULO (título: fonte 12, em negrito, se houver subtítulo deve ser precedido de: , fonte 12, sem negrito, CAIXA ALTA)</p> <p style="text-align: center;">MARÍLIA 2012 (limite da margem inferior - Fonte 12, CAIXA ALTA)</p>

4.2 LOMBADA (OPCIONAL) - NBR 12225:2004 (encadernação em capa dura)

Modelo 17 - Lombada



4.3 FOLHA DE ROSTO (OBRIGATÓRIO)

Modelo 18 - Folha de Rosto

<p style="text-align: center;">NOME DO AUTOR (Limite da margem superior -- Fonte 12, CAIXA ALTA, sem negrito)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO e SUBTÍTULO (título: fonte 12, em negrito, se houver subtítulo deve ser precedido de: , fonte 12, sem negrito, CAIXA ALTA)</p> <p style="text-align: center;">Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Prof.(a) Dr.(a)</p> <p style="text-align: center;">(fonte 11, espaçamento simples entre linhas, recuo 7 cm da margem esquerda)</p> <p style="text-align: center;">MARÍLIA 2012 (Limite da margem inferior, fonte 12, CAIXA ALTA)</p>

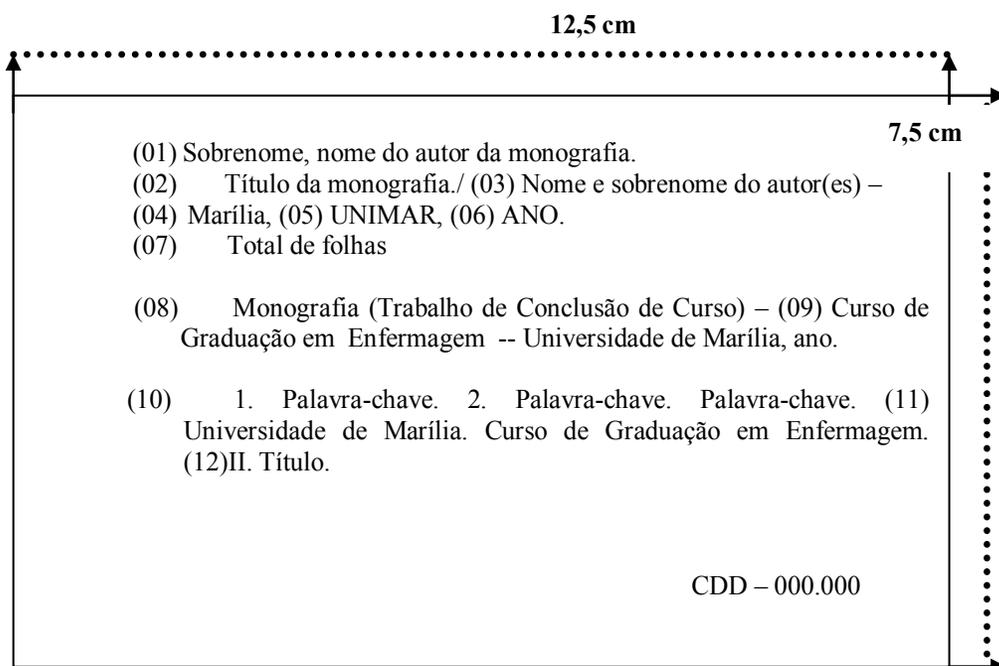
4.4 ELABORAÇÃO DA FICHA CATALOGRÁFICA

Nos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos pelas diferentes áreas da Universidade de Marília deverá constar, necessariamente, a ficha catalográfica no verso da folha de rosto. Para tanto a Biblioteca Central

da Universidade de Marília disponibiliza um modelo de ficha catalográfica¹⁸ que deverá ser elaborada pelo autor do trabalho, com exceção da CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY (CDD) que será preenchida pelas bibliotecárias da Biblioteca Central da Universidade de Marília.

DADOS PARA FICHA CATALOGRÁFICA

Modelo 19 - Ficha catalográfica



¹⁸ UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - BIBLIOTECA CENTRAL. *Modelo de ficha catalográfica*. Disponível em <http://www.unimar.br/biblioteca/ficha_catalografica_MODELO.doc> Acesso em: 23 jan. 2012.

- (01) Sobrenome, nome do autor(es)
- (02) Título da monografia (iniciar embaixo da quarta letra)
- (03) Nome e sobrenome do autor(es)
- (04) Cidade
- (05) UNIMAR
- (06) Ano
- (07) Quantidade de folhas da monografia
- (08) Natureza do trabalho (monografia, dissertação)
- (09) Curso – Universidade de Marília – ano
- (10) Palavras-chave em ordem de importância no texto
- (11) Universidade de Marília – Curso
- (12) CDD: Classificação Decimal de Dewey. Os números são para classificação do assunto do trabalho: monografias, dissertações ou teses.

Após o preenchimento dos itens 01 a 12, encaminhar para a Biblioteca no e-mail periodicos@unimar.br. A ficha será verificada e devolvida para impressão no verso da folha de rosto.

Modelo 20 - Impressão da ficha catalográfica



A ficha catalográfica deverá ser impressa abaixo e no centro da metade inferior da página.

4.5 ERRATA (OPCIONAL)

Modelo 21- Errata

ERRATA (Título: fonte 12, CAIXA ALTA)			
Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
14	08	mormas	normas
26	16	mandato	mandado

4.6 FOLHA DE APROVAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

Modelo 22 - Folha de aprovação

NOME DO AUTOR
(Fonte 12, centralizado, CAIXA ALTA)

TÍTULO DO TRABALHO
(Fonte 12, sem negrito, centralizado, CAIXA ALTA)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direito da
Universidade de Marília, área de concentração Empreendimentos
Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social, sob a
orientação do Prof.(a) Dr.(a).....
(*fonte 12 times new roman – times roman*)

Aprovado pela Banca Examinadora em ____ / ____ / ____

Prof.(a) Dr.(a)
Orientador (a)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

4.7 DEDICATÓRIAS, AGRADECIMENTOS E EPÍGRAFES (OPCIONAIS)

Modelo 23 - Dedicatória (Opcional)

Dedicatória:

A dedicatória é escrita no terço final da folha, com espaçamento simples, fonte 12 e recuo de 7cm da margem esquerda.



Agradecimentos:

Modelo 24: Agradecimentos (Opcional)

Fonte 12, espaçamento de 1,5 após o título e entre linhas, recuo de 7cm da margem esquerda.



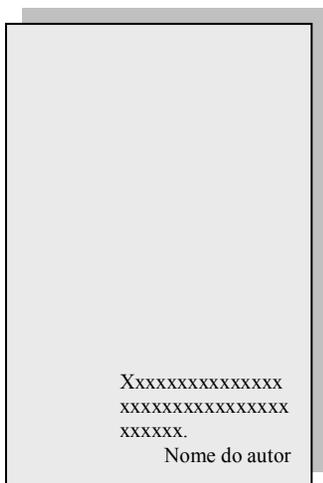
Epígrafe:

Epígrafe ou inscrição significa a transcrição de um pensamento relacionado ao tema da monografia. Pode ser colocada em folha separada (*fonte 12 times new roman*, times roman, espaçamento simples,

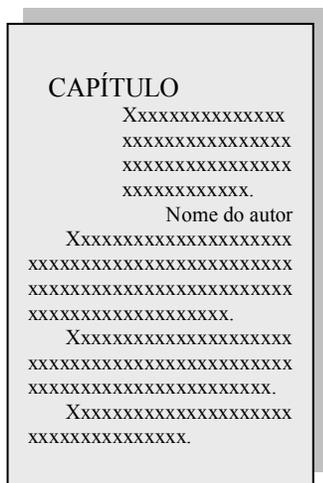
alinhada à direita e situada no terço final da folha) ou após o título do capítulo (fonte 12 *times new roman*, espaçamento simples, recuo de sete centímetros da margem esquerda e situada no terço inicial da folha).

Modelo 25 - Epígrafe (Opcional)

Exemplo 1



Exemplo 2



4.9 RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA (OBRIGATÓRIO)

Modelo 27 - Resumo em língua inglesa, entre 150 e 500 palavras.

Fonte 12, espaçamento de 1,5 após o título e simples entre linhas.

TÍTULO na língua inglesa
Abstract:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Key words:

(Três palavras-chave ao final do resumo, em ordem alfabética e separadas por ponto).

Elemento obrigatório, com as mesmas características do resumo em língua vernácula [...]. Deve ser seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras-chave e/ou descritores, na língua.²⁰

²⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6028*. Informação e Documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro 2003, p. 2.

4.10 LISTAS: ILUSTRAÇÕES, TABELAS, ABREVIATURAS E SIGLAS (OPCIONAIS)

Modelo 28 - Lista de Tabelas

LISTA DE TABELAS	
Tabela 1- xxxxxxxxxxxx.....	14
Tabela 2 - xxxxxxxxxxxx.....	21
Tabela 3 - xxxxxxxxxxxx.....	36
Tabela 4 - xxxxxxxxxxxx.....	37
Tabela 5 - xxxxxxxxxxxx.....	44
Tabela 6 - xxxxxxxxxxxx.....	48
Tabela 7 - xxxxxxxxxxxx.....	46
Tabela 8 - xxxxxxxxxxxx.....	51
Tabela 9 - xxxxxxxxxxxx.....	52

Modelo 29 - Lista de abreviaturas

LISTA DE ABREVIATURAS
ACP - Ação Civil Pública
AI - Ato Institucional
CC - Código Civil
Jud. - Judiciário
LD - Lei Delegada

4.11 SUMÁRIO (OBRIGATÓRIO)

TÍTULO: fonte 12, centralizado, espaçamento de 1,5 após o título e entre linhas linhasentre linhas.

As listas de ilustrações, figuras e símbolos seguem o mesmo modelo.

Modelo 30 - Sumário

SUMÁRIO	
(fonte 12, CAIXA ALTA, centralizado e negrito, 1,5 entre o título e o início dos itens do sumário)	
INTRODUÇÃO	08
1 SESSÃO PRIMÁRIA*	12
1.1 SESSÃO SECUNDÁRIA**	14
1.1.1 Sessão terciária***	16
1.1.2 Sessão terciária	18
1.1.3 Sessão terciária	20
1.2 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	23
1.2.1 Sessão terciária	24
1.2.3 Sessão terciária	26
2 SESSÃO PRIMÁRIA	28
2.1 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	32
2.2 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	34
2.3 SESSÃO SECUNDÁRIA	
3 SESSÃO PRIMÁRIA	30
3.1 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	32
3.2 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	34
3.3 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	36
3.3.1 Sessão terciária	38
3.3.2 Sessão terciária	40
3.4 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	41
4 SESSÃO PRIMÁRIA	42
4.1 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	44
4.2 SESSÃO SECUNDÁRIA.....	46
4.2.1 Sessão terciária	48
4.2.2 Sessão terciária	50
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	56
ANEXO	58

* **SESSÃO PRIMÁRIA (1): CAIXA ALTA, fonte 12 times new roman e em negrito.**

** **SESSÃO SECUNDÁRIA (1.1): CAIXA ALTA, fonte 12 times new roman, sem negrito.**

*** **Sessão terciária (1.1.1): iniciais maiúsculas, sem negrito.**

4.13 DESENVOLVIMENTO

Modelo 32 - Desenvolvimento

9	<p>1 TEMA DO CAPÍTULO <u>(um espaço de 1,5)</u> XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.</p> <p>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.</p> <p>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX x.</p>
10	<p>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. <u>(um espaço de 1,5)</u> 1.1 SUB-TEMA <u>(um espaço de 1,5)</u> XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXX.</p> <p><u>(um espaço de 1,5)</u> 1.1.1 Tema intermediário <u>(um espaço de 1,5)</u> XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</p>

O desenvolvimento da Dissertação configura o chamado "miolo do texto", momento em que o autor irá discorrer sobre o tema proposto, local onde poderá inserir as citações, tanto diretas quanto indiretas, a fim de fundamentar teoricamente suas argumentações.

Escrita a introdução, o pesquisador passa para nova etapa da monografia: o desenvolvimento, que compreende explicação, discussão e demonstração. Portanto, etapa de exposição de fundamentos lógicos do trabalho realizado; etapa de explicitação, de esclarecimento, de análise, de supressão, de exame e demonstração do raciocínio, de apresentação de provas, de argumentação.²²

²² HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de Direito: trabalho de conclusão de curso; metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 48.

4.15 REFERÊNCIAS (OBRIGATÓRIO)

Modelo 34 - Referências

12

REFERÊNCIAS

(fonte 12, espaçamento simples entre linhas. As referências serão separadas entre si por um espaço simples em branco)

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. 2v.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

LEAL, N. MP fiscaliza com autonomia total. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 1999.

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHIMIT, J. (Org.). *História dos jovens*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, R. N. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 1996, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <http://www.prpesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm>
Acesso em: 21 jan.1997.

Obs: As orientações quanto à elaboração das referências segundo NBR 6023 constam no tópico seguinte.

4.16 GLOSSÁRIO (OPCIONAL)

Modelo 35 - Glossário (definição dos termos)

GLOSSÁRIO -

Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições. Elaborado em ordem alfabética.

13

GLOSSÁRIO

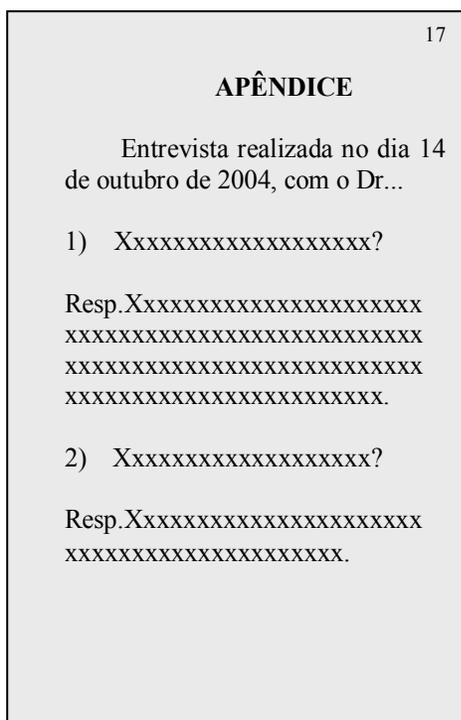
Secessão: Separação, divisão.

Unitarismo: Forma de Estado presente na monarquia absolutista.

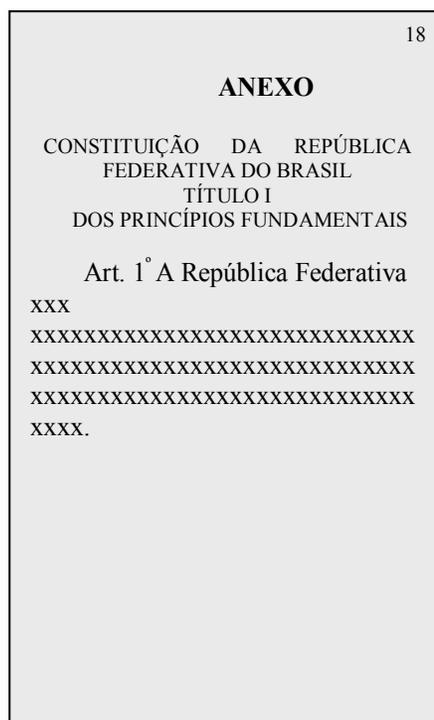
Temporariedade: Característica da forma de governo republicana.

4.17 APÊNDICE, ANEXO E ÍNDICE

Modelo 36 - Apêndice



Modelo 37 - Anexo



Em uma Dissertação raramente ocorre a necessidade de citar anexos (textos não produzidos pelo autor: transcrição de leis, tabelas estatísticas transcritas de alguma publicação) e apêndices (textos produzidos pelo próprio autor da monografia: questionários, entrevistas, tabelas, fotografias).

Os anexos e apêndices são textos complementares do trabalho; contêm documentos ilustrativos que se tornaram inviáveis no interior dos capítulos.²⁴

²⁴ HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no curso de Direito: trabalho de conclusão de curso: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 168.

Modelo 38 - Índice

TÍTULOS: APÊNDICE, ANEXO E ÍNDICE:

Fonte 12, negrito, centralizado, espaçamento 1,5 entre título e texto e entre linhas.

ÍNDICE: Relação de palavras ou frases ordenadas segundo determinado critério que localiza e remete para as informações contidas num texto (página).

NOTA: Não confundir índice com sumário ou lista.

16
ÍNDICE
Soberania, 3, 8,17.
Monarquia, 7,10,15,19.
República, 12, 21,22.

4.18 TABELAS E ILUSTRAÇÕES



Modelo 39 - Tabela

Tabela 1 - Número de alunos inscritos por termos 1996 – 1997

Alunos	1996	1997
1º termo	48	37
3º termo	36	52
5º termo	54	54
7º termo	52	36
9º termo	37	48

Fonte: Fictícia

- As tabelas serão delimitadas no alto e em baixo, por traços horizontais com espessura superior aos demais.
- As tabelas não devem ser “fechadas” por traços verticais nas laterais.
- Separação das colunas por traços verticais é opcional.
- Quando uma tabela exceder a página deve-se repetir o cabeçalho na página seguinte. Segundo as Normas de Apresentação Tabular do IBGE.
- Muitas linhas e poucas colunas em uma mesma tabela permitem sua disposição em duas ou mais partes, desde que separadas por um traço vertical duplo.

Modelo 40 - Quebra de tabela

37

A verificação dos dados abaixo demonstra a incompatibilidade entre o número de alunos inscritos no evento no ano de 1996 e 1997, pois somente no terceiro termo foi verificado um aumento expressivo. Os dados retratam uma queda acentuada do número de inscritos no primeiro e no sétimo termo, sendo que o número permaneceu inalterado somente no quinto termo.

Tabela 01 - Número de alunos inscritos por termos: 1996-1997

Alunos	1996	1997
1º termo	48	37
3º termo	36	52

38

Continuação Tabela 01

Alunos	1996	1997
5º termo	54	58
7º termo	52	36
9º termo	37	48

Fonte: Fictícia

Modelo 41 - Ilustração

45

A posição do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não se justifica, pois o Brasil não deveria estar abaixo de países como o Uruguai que apresenta um PIB inferior. Vale a ressalva de que o Brasil é considerado o “gigante da América do Sul”, em razão de sua extensão territorial. Constatação verificada pela ilustração a seguir:

Ilustração 08 - Mapa da extensão territorial dos países da América do Sul.



Fonte: IGB 2009.

- Inserir a ilustração o mais próximo possível do trecho a que se refere.
- Investigações quantitativas (estatísticas) devem ser apresentadas em forma de tabelas (laterais abertas), os demais tipos de ilustrações que contenham dados qualitativos (mapas, gráficos, organogramas e outros) devem estar expostos como quadros, ou seja, com as laterais fechadas por traços verticais.

Qualquer que seja o tipo de ilustração, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem e outros).

5

Citações em documentos
NBR 10520-2002

5 CITAÇÕES EM DOCUMENTOS: NBR 10520:2002

Ao elaborar uma investigação científica o pesquisador deve privilegiar suas características centrais, ou seja, sistematicidade, objetividade e precisão terminológica. Entretanto, o trabalho científico não se esgota em seu conteúdo, pois ainda há que observar a sua "moldura", sua apresentação.

A ausência de uma bela moldura comprometeria, certamente, uma valiosa obra de arte. Da mesma forma, um trabalho científico deve estar acompanhado de sua moldura, que, representa as normas técnicas de documentação, citações e referências. No caso da dissertação, são as normas preconizadas pela ABNT.

Nesse sentido, o texto a seguir traz algumas considerações quanto às principais orientações da ABNT no que diz respeito às citações em documentos (NBR 10520), referências (NBR 6023), com ênfase na documentação jurídica e trabalhos acadêmicos (NBR 14724).

Todo escrito, compreendendo trabalhos acadêmicos e monografias de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado, tem uma base teórica.

As citações são os instrumentos utilizados para conferir tal base e, ao mesmo tempo, enriquecem as argumentações.

Todavia, a utilização desse recurso deve atender alguns critérios, caso contrário poderá representar um "[...] calvário cruel de excelentes trabalhos que acabam radicalmente comprometidos pela falta de sua correta observância".²⁵

²⁵ MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008, p.252.

DEFINIÇÕES

CITAÇÃO INDIRETA: referência à ideia do autor (sem transcrição=cópia)

CITAÇÃO DIRETA: transcrição literal de trechos do original consultado.

NOTAS DE REFERÊNCIA: notas que indicam fontes consultadas (rodapé da página).

NOTAS EXPLICATIVAS: usadas para comentários ou esclarecimentos que não possam ser incluídos no texto (rodapé) da página.

5.1 ELABORAÇÃO DAS CITAÇÕES

As citações podem aparecer no texto ou em notas de rodapé:

5.1.1 Citações indiretas

Exemplo 1 – CITAÇÃO INDIRETA - sistema de chamada numérico

A evidente correlação entre o liberalismo e a democracia manifesta-se na composição política da atualidade, pois, a democracia se manifesta na composição política da atualidade e conforme Bobbio, um Estado liberal pressupõe um Estado democrático.¹

¹ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 69.

A evidente correlação entre o liberalismo e a democracia manifesta-se na composição política da atualidade, pois, a democracia se manifesta na composição política da atualidade e conforme Bobbio (2000, p. 69), um Estado liberal pressupõe um Estado democrático.

Segundo a NBR 10520 nas citações indiretas a colocação da página consultada é opcional, mas, de acordo com o Programa de Mestrado Direito/UNIMAR, esse recurso torna-se obrigatório.

5.1.2 Citações diretas

a) Citações diretas curtas:

Segundo a NBR 10520, as citações diretas inferiores a três linhas devem ser elaboradas no corpo do texto entre aspas duplas, com mesma fonte e espaçamento entre linhas utilizado no texto, sem negrito, grifo ou itálico.

Exemplo 1 – CITAÇÃO DIRETA CURTA - sistema de chamada numérico

Sobre a exata medida da aplicação da democracia na sociedade atual, podem ser feitas ainda importantes considerações quanto às dificuldades de sua plena viabilidade, pois “[...] nela cabem o tema já clássico da teoria das elites e o tema ainda mais clássico do contraste entre democracia formal e democracia substancial.”¹

1 MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2003, p.252.

Sobre a exata medida da aplicação da democracia na sociedade atual, podem ser feitas ainda importantes considerações quanto às dificuldades de sua plena viabilidade, pois “[...] nela cabem o tema já clássico da teoria das elites e o tema ainda mais clássico do contraste entre democracia formal e democracia substancial.” (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2003, p. 252).

b) Citações diretas longas:

As citações diretas longas são transcrições que superam três linhas, e, portanto, devem estar em destaque no texto pela chamada “caixinha”, ou seja, recuo de quatro centímetros da margem esquerda, espaçamento simples entre linhas, fonte menor (times new roman 11), sem aspas, negrito ou itálico.

Exemplo 1 – CITAÇÃO DIRETA LONGA – sistema de chamada
numérico

Sobre a exata medida da aplicação da democracia na sociedade atual, podem ser feitas ainda importantes considerações quanto às dificuldades de sua plena viabilidade, pois:

Nela cabe o tema já clássico da teoria das elites e o tema ainda mais clássico do contraste entre democracia formal e democracia substancial. Nela cabe, enfim, o tema da ingovernabilidade, que emergiu nestes últimos anos. Por outra parte, não me parece que o tema do „poder invisível“ tenha recebido a necessária atenção dos escritores políticos, como mereceria¹.

¹ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2003, p.252.

Exemplo 2 – CITAÇÃO DIRETA LONGA – sistema de chamada autor-data.

Sobre a exata medida da aplicação da democracia na sociedade atual, podem ser feitas ainda importantes considerações quanto às dificuldades de sua plena viabilidade, pois:

Nela cabe o tema já clássico da teoria das elites e o tema ainda mais clássico do contraste entre democracia formal e democracia substancial. Nela cabe, enfim, o tema da ingovernabilidade, que emergiu nestes últimos anos. Por outra parte, não me parece que o tema do „poder invisível“ tenha recebido a necessária atenção dos escritores políticos, como mereceria. (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2003, p. 252).

Tanto em citações indiretas como em citações diretas (inferiores ou superiores a três linhas), a chamada ao autor e obra pode ser feita pelo sistema autor-data ou pelo **sistema numérico**. Segundo orientação do programa de Mestrado em Direito/UNIMAR, necessariamente deverá ser utilizado o sistema numérico.

c) Considerações quanto ao uso de citações diretas:

Existem alguns recursos que podem ser utilizados em **citações diretas**, tanto inferiores (curtas) como superiores a três linhas (longas):

- a) Supressão = [...] (indica que parte do texto foi extraída da transcrição).
- b) Acréscimos ou comentários = []

- c) Ênfase de termos ou passagens = negrito, itálico ou grifo.
- d) Equívocos de ortografia ou digitação no original devem ser transcritos e inserido [sic] logo após a ocorrência.

Exemplo 1 – CITAÇÃO DIRETA LONGA - ocorrência de supressão [...] e acréscimo []. Sistema de chamada numérico.

Sobre a exata medida da aplicação da democracia na sociedade atual, podem ser feitas ainda importantes considerações quanto às dificuldades de sua plena viabilidade, pois:

Nela cabe o tema já clássico da teoria das elites e o tema ainda mais clássico do contraste entre democracia formal e democracia substancial [...]. Nela cabe, enfim, o tema da ingovernabilidade, que emergiu nestes últimos anos. Por outra parte, não me parece que o tema do „poder invisível“ tenha recebido a necessária atenção dos escritores políticos [principalmente os clássicos], como mereceria“.

1 MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2003, p.252.

Exemplo 2 – CITAÇÃO DIRETA CURTA – ocorrência de ênfase e [sic] – sistema de chamada autor-data.

Sobre a exata medida da aplicação da democracia na sociedade atua, podem ser feitas ainda importantes considerações quanto às dificuldades de sua plena viabilidade, pois “[...] nela cabem o tema já clássico da *teoria das elites* e o tema ainda mais clássico do contraste entre democracia formal e democracio [sic] substancial.” (MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2003, p. 252, grifo nosso).

Logo após a referência no sistema autor-data ou indicação numérica do sistema numérico, escreve-se grifo do autor quando o original já está em destaque e grifo nosso quando o autor da dissertação deseja enfatizar termos ou passagens.

d) Notas de referência

Numeração consecutiva, por algarismos arábicos, não se inicia a cada página e a cada capítulo e está situada no rodapé da página.

A primeira citação de uma obra deve ter sua referência completa, as subseqüentes, na mesma página podem ser referenciadas de forma abreviada, permitindo a utilização das seguintes expressões:

- a) Idem ou Id. = mesmo autor
- b) Ibidem ou Ibid. = mesma obra
- c) Op. cit. = obra citada
- d) Passim = em diversas passagens
- e) Loc. cit. = no lugar citado
- f) Cf. = confira, conforme
- g) Et seq. = seguinte, ou que se segue
- h) Et al. = e outros

A expressão apud deve ser utilizada na **absoluta impossibilidade** da localização da obra desejada, ou seja, "citação de citação".

Exemplo 1 – CITAÇÃO DIRETA CURTA – ocorrência de apud – sistema de chamada numérico.

Segundo Filomeno, “[...] há uma certa polêmica no que diz respeito aos elementos constitutivos de Nação”.

1 FILOMENO, 1999, p. 8 apud BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 9

Exemplo 2 – CITAÇÃO DIRETA CURTA – ocorrência de apud – sistema de chamada autor-data.

Segundo Filomeno (apud BOBBIO, 2000, p. 9), “[...] há uma certa polêmica no que diz respeito aos elementos constitutivos de Nação”.

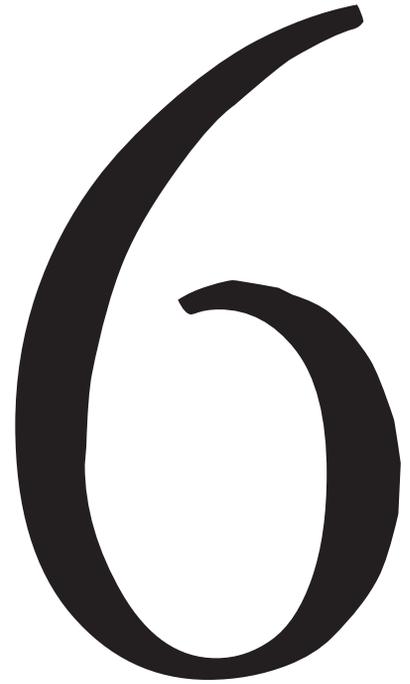
Exemplo 3 – CITAÇÃO DIRETA CURTA – ocorrência de apud – sistema de chamada autor-data

Segundo os clássicos da Teoria do Estado, “[...] há uma certa polêmica no que diz respeito aos elementos constitutivos de Nação”. (FILOMENO apud BOBBIO, 2000, p. 9).

e) Notas explicativas

Numeração consecutiva, por algarismos arábicos, do começo ao fim do trabalho, não se inicia a cada página ou a cada capítulo e está situada no rodapé da página.

As notas de referência e notas explicativas não podem ser usadas conjuntamente em um mesmo trabalho, pois como utilizam a mesma sequência numérica, poderiam trazer dúvidas durante a leitura.



Elaboração referências documentos
jurídicos

6 ELABORAÇÃO DE REFERÊNCIAS DE DOCUMENTOS JURÍDICOS: NBR 6023

As referências representam uma lista alfabética com os elementos indicativos das fontes consultadas durante o desenvolvimento de uma investigação científica. A complexidade das diversas formas de referenciar as obras consultadas pode causar certa inquietação com relação à sua utilização, mas "[...] se você tiver um mínimo de paciência e disciplina, verá que aos poucos, com a prática e emprego das normas emprego das normas técnicas passará a ser algo comum em sua vida, como dirigir automóvel ou andar de bicicleta".²⁶

Os elementos essenciais "são as informações indispensáveis à identificação do documento. Os elementos essenciais estão estritamente vinculados ao suporte documental e variam, portanto, conforme o tipo".²⁷ Quando necessário e/ou quando as referências estiverem disponíveis, podem ser acrescentadas outras informações que permitem melhor caracterizar os documentos.

ELEMENTOS ESSENCIAIS

SOBRENOME, Nome (autor). Título da obra (em destaque – optar pelo itálico): subtítulo (sem destaque). Edição. Local de Publicação: Editora, ano.

RIBEIRO, Wanderley. *A monografia no curso de Direito: anotações para a sua produção*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

²⁶ MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2003, p.252.

²⁷ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, *NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Documentação*. Rio de Janeiro, 2002, p. 2.

LEGISLAÇÃO - Elementos essenciais: "[...] jurisdição (ou cabeçalho da entidade no caso de tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação, entre parênteses."²⁸

Exemplos de referências de LEGISLAÇÃO²⁹

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência*. São Paulo. V. 62. N. 3, p. 217-220.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. *Lex: Coletânea de legislação: edição federal*, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. *Código civil*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. *Coleção de Leis da República Federativa do Brasil*, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. *Lex legislação federal e marginária*. São Paulo, v. 59, p. 1966, out/dez. 1995.

²⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Documentação. Rio de Janeiro, 2002, p. 2.

²⁹ *Ibidem*, p. 8.

JURISPRUDÊNCIA - Elementos essenciais: "[...] jurisdição e órgão competente, título (natureza da decisão ou ementa) e número, partes envolvidas (se houver), relator, local, data e dados da publicação." ³⁰

Exemplos de referências de JURISPRUDÊNCIA³¹

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 14. In: _____. *Súmulas*. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994. p. 16.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 181.636-1, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. *Lex*: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10. N. 103, p.236-240, mar. 1998.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Apelação cível nº 42.441-PE (94.05.01629-6). Apelante: Edilemos Mamede dos santos e outros. Apelada: Escola Técnica de Pernambuco. Relator: Juiz Nereu Santos. Recife, 4 de março de 1997. *Lex*: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, p. 558-562, mar. 1998.

Nos casos de legislação e jurisprudência, quando necessário, acrescentam-se dados complementares a fim de melhor identificar o documento.

DOCTRINA: "Inclui toda e qualquer discussão teórica sobre questões legais (monografias, artigos de periódicos, *papers* etc.) referenciada conforme o tipo de publicação." ³²

³⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Documentação. Rio de Janeiro, 2002, p. 2.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

Exemplo de referência de DOUTRINA³³

BARROS, Raimundo Gomes de. Ministério Público: sua legitimação frente ao Código do Consumidor. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados*, São Paulo, v. 19, n. 139, p. 53-72, ago. 1995.

Para referência de documento jurídico consultado online acrescentar ao final da referência: Disponível em <Endereço eletrônico completo>. Acesso em dia-mês-ano.

Exemplo referência DOUTRINA consultada on line

BARROS, Raimundo Gomes de. Ministério Público: sua legitimação frente ao Código do Consumidor. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados*, São Paulo, v. 19, n. 139, p. 53-72, ago. 1995. Disponível em www.revistajuridica.com.br. Acesso em 22 dez. 2009.

Com exceção do mês de maio, que possui quatro letras, os meses restantes ficam abreviados da seguinte forma:

Janeiro = jan.	Julho = jul.
Fevereiro = fev.	Agosto = agô.
Março = mar.	Setembro = set.
Abril = abr.	Outubro = out.
Maio = maio	Novembro = nov.
Junho = jun.	Dezembro = dez.

³³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Documentação. Rio de Janeiro, 2002, p. 9.

7

Procedimentos para a realização
do exame de qualificação e da
defesa pública da dissertação

7 PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO E DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO

Feitas todas as adequações às normas da ABNT e após a correção ortográfica, a dissertação deverá ser impressa e protocolada na Secretaria do Programa de Mestrado em Direito da UNIMAR, no prazo previamente estabelecido pela Coordenação do Curso, para que o mestrando seja submetido ao Exame de Qualificação, conforme as seguintes disposições.

7.1 EXAME DE QUALIFICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Antes da Defesa Pública da Dissertação, o mestrando deverá submeter-se ao Exame de Qualificação, nos termos do Art. 49 e 50 do Regulamento Geral da Pós-Graduação da UNIMAR, mas deve:

- a) estar devidamente matriculado no Programa de Mestrado em Direito;
- b) ter completado todos os créditos necessários em disciplinas e atividades programadas na respectiva Linha de Pesquisa, em que o mestrando está vinculado ao Programa;
- c) ser aprovado no Exame de Proficiência de Língua Estrangeira;
- d) estar, no máximo, a 03 (três) meses do término do prazo de conclusão do Mestrado.

A Secretaria do Programa fará o levantamento da situação institucional de cada mestrando, visando ao atendimento das alíneas mencionadas.

Para prestar o Exame de Qualificação, o mestrando deverá protocolar na Secretaria do Programa de Mestrado em Direito, **2 (dois) exemplares da dissertação**, devidamente concluída (contendo resumo, sumário, introdução, capítulos desenvolvidos, conclusão e referências), **encadernados em espiral**, para avaliação da Banca Examinadora.

Após o recebimento dos exemplares, a Secretaria encaminhará a dissertação ao professor orientador para a ANÁLISE PRÉVIA. O professor orientador deverá preencher o formulário próprio, devolvendo-o à Secretaria para os procedimentos devidos. Obtendo o parecer favorável do orientador, o mestrando estará em condições de participar do Exame de Qualificação.

A Banca Examinadora do Exame de Qualificação será presidida pelo professor orientador e composta por mais um membro docente do Programa, indicado pela Coordenação, homologada pela Subcomissão do Curso de Mestrado em Direito, bem como de um suplente. A Banca Examinadora, com a presença do mestrando, reunirá-se em **sessão reservada** para avaliação da Dissertação.

A Secretaria do Programa dará conhecimento, por escrito, da data, do horário e local do Exame de Qualificação, para o mestrando, para o professor orientador e para o membro da Banca Examinadora.

As dissertações serão encaminhadas aos membros da Banca Examinadora, pelo menos 15 (quinze) dias antes da data do Exame de Qualificação.

O Exame de Qualificação consiste na análise da dissertação por todos os membros da Banca Examinadora que poderão solicitar, entre

outras considerações, esclarecimentos sobre o conteúdo do texto escrito, sugerir alterações, inclusões ou exclusões de partes do texto.

O resultado do Exame de Qualificação será expresso por meio dos conceitos “**qualificado**” e “**não qualificado**”. Será elaborada uma Ata de realização do Exame de Qualificação em 02 (duas) vias. Nela devem constar identificações:

- a) do Programa de Mestrado;
- b) da Área de Concentração;
- c) do mestrando;
- d) do professor orientador;
- e) do membro da Banca Examinadora com as respectivas qualificações e procedências dos títulos obtidos;
- f) do título da dissertação;
- g) do conceito obtido: qualificado ou não qualificado;
- h) do local, da data e do horário de realização do Exame;
- i) assinatura dos membros da Banca Examinadora, do mestrando e da Secretária.

O mestrando **não qualificado** terá até 60 (sessenta) dias para submeter-se a novo Exame de Qualificação, contados a partir data da realização do mesmo, observando os procedimentos regulamentares.

O mestrando **qualificado** deverá protocolar os exemplares da dissertação na Secretaria do Programa, com as correções apontadas pela Banca Examinadora, no prazo por ela estabelecido.

O número de exemplares e a forma de encadernação constam do item 7.2 - Defesa da Dissertação, a seguir disposto.

7.2 DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO

O mestrando qualificado no Exame de Qualificação deverá protocolar na Secretaria do Programa de Mestrado em Direito, **5 (cinco) exemplares da dissertação**, no prazo estabelecido pela Banca Examinadora, com as correções apontadas naquela avaliação, seguindo os procedimentos dispostos no Artigo 58 e seguintes do Regulamento Geral de Pós-Graduação da UNIMAR, complementados nos itens 1, 2 e 3 deste documento.

Os exemplares mencionados deverão ser **encadernados em espiral em capa de cor branca transparente com fundo de cor preta** conforme dispõem os modelos e padrões estabelecidos neste *Manual*, destinando-se: 3 (três) exemplares para os membros titulares e 2 (dois) exemplares para os membros suplentes da Banca Examinadora.

A Banca Examinadora será constituída pelo Professor Orientador que será o Presidente, por dois membros titulares e dois membros suplentes, indicados pela Subcomissão do Programa e homologados pela Comissão de Pós-Graduação da UNIMAR.

Os membros da Banca Examinadora deverão possuir, no mínimo, a titulação de Doutor, devendo pelo menos 01 (um) dos membros (titulares) não pertencer ao corpo docente da UNIMAR. Um dos suplentes também deverá ser externo à Instituição.

Os membros da Banca Examinadora deverão ser oficiados e receber a dissertação no prazo de, no mínimo, 30 (trinta dias), antecedendo a data marcada para a sessão de defesa.

A Dissertação será apresentada pelo mestrando à Banca Examinadora, diante da qual fará a respectiva defesa, em **sessão pública**.

A Defesa de Dissertação ocorrerá em local público, em data e horário fixados pela Coordenação do Curso, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, informando o mestrando através de comunicação escrita.

A sessão de defesa de Dissertação ocorrerá conforme os seguintes procedimentos:

- a) Abertura da sessão pelo Presidente da Banca Examinadora (Professor Orientador), na qual serão apresentados o mestrando, o título da dissertação, o Programa de Pós-graduação e os membros da Banca, sendo enunciados seus títulos e cargos mais importantes;
- c) O Presidente, ao anunciar os seus membros, deverá respeitar a seguinte hierarquia: primeiro o membro convidado e depois o da Instituição deverá obedecer, na chamada, a ordem crescente de titulação e de tempo no magistério superior;
- d) O Presidente da Banca passará a palavra ao mestrando para que ele profira uma exposição de, no máximo, 30 (trinta minutos), sobre o teor e o conteúdo da Dissertação que está defendendo;
- e) Após a apresentação da Dissertação pelo mestrando, o Presidente anunciará para a arguição, sucessivamente, cada um de seus membros, na sequência estabelecida em sua composição; o último membro da banca a examinar o candidato deverá ser sempre o Professor Orientador;
- f) Cada membro da banca terá, no máximo, 30 (trinta) minutos para arguir oralmente o candidato sobre forma, conteúdo, metodologia e contribuição de conhecimento da Dissertação, e o candidato terá, em sequência, no máximo, 30 (trinta) minutos para responder a cada examinador;

- g) Terminadas as arguições, em sessão reservada sem a presença do mestrando, cada membro da Banca Examinadora deverá atribuir notas e conceitos, expressando o resultado de sua análise sobre a Dissertação defendida;
- h) A sessão será encerrada pelo Presidente, após a leitura dos conceitos e menções atribuídos ao mestrando, individualmente, por examinador, e da média aritmética simples desses, que representará a apreciação final da Dissertação defendida;
- i) Da sessão será lavrada Ata, da qual constará: a identificação do mestrando, o título da Dissertação, a identificação do Programa de Pós-graduação, área de concentração, a composição da Banca Examinadora, titulação e procedência dos membros. Do corpo da Ata farão parte descrição sumária da sessão de defesa de Dissertação, os tempos de apresentações, arguições e defesas, bem como as notas individuais atribuídas pelos examinadores ao mestrando e a nota final, que expressará a avaliação final da dissertação e sua defesa, seguidos do Conceito APROVADO ou REPROVADO. A Ata será expedida em 3 (três) vias, assinadas obrigatoriamente pelos membros da Banca Examinadora, pelo mestrando e pela Secretária da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIMAR, além da identificação do local e data da defesa.

No julgamento da Dissertação, serão atribuídos notas e conceitos de **APROVADO** ou **REPROVADO**.

Será aprovado o mestrando que obtiver nota mínima igual ou superior a **7,0 (sete)**, observadas as atribuições dos níveis de aproveitamento:

- nota A de 9,0 a 10,0 equivale a **Ótimo**;

- nota B de 8,0 a 8,9 equivale a **Bom**;
- nota C de 7,0 a 7,9 equivale a **Regular**;
- nota D de 0 a 6,9 equivale a **Fraco (Reprovado)**.

Ao mestrando aprovado, a Banca Examinadora, desde que por unanimidade de seus membros, poderá atribuir as menções COM LOUVOR, COM DISTINÇÃO ou a menção COM DISTINÇÃO E LOUVOR.

Se o candidato for **reprovado** na Defesa Pública da Dissertação, deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data da defesa, reapresentar a Dissertação seguindo os mesmos procedimentos para a Defesa, nos termos do presente documento.

Em caso de **plágio representativo**, verificado pela Banca Examinadora através de relatório circunstanciado, o mestrando será **reprovado sem direito a nova Defesa**.

7.2.1 Protocolo dos exemplares definitivos (IMPRESSOS) da dissertação

Após a defesa, o mestrando **aprovado** deverá protocolar na Secretaria do Programa **2 (dois) exemplares da Dissertação**, devidamente encadernados nos padrões estabelecidos neste Manual de Metodologia (**encadernados em brochura, capa de cor preta, com letras douradas, capa preta etc.**) no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data da defesa, com as correções sugeridas pela Banca Examinadora.

Os exemplares da dissertação serão destinados: 1 para a Biblioteca e 1 para a Secretaria do Programa de Mestrado.

Deverá constar a FICHA CATALOGRÁFICA (nos exemplares encadernados e também no CDROM). Após o preenchimento da ficha catalográfica, o mestrando deverá enviá-la para o e-mail: biblio@unimar.br para colocação do DCC (item 4.4).

A ficha catalográfica que deverá ser impressa no **verso da FOLHA DE ROSTO** dos exemplares encadernados conforme modelo 20 deste Manual.

O professor orientador deverá verificar as correções apontadas pela Banca, após o recebimento dos exemplares e emitir o parecer final.

7.2.2 Protocolo da dissertação gravada em CDROM

Juntamente com os exemplares encadernados, o mestrando deverá protocolar na Secretaria do Programa de Mestrado em Direito também a dissertação **gravada em CDROM**.

O CDROM deverá ser entregue na caixa. Na capa da caixa deverá constar a Ficha Catalográfica impressa.

A Dissertação será disponibilizada (resumo e texto integral) na *home page* da UNIMAR (www.unimar.br), em atendimento à Portaria da CAPES nº. 13 de 15.02.2006, para fins de divulgação digital.

Junto com o CDROM, o mestrando deverá anexar o TERMO DE AUTORIZAÇÃO para a divulgação conforme Modelo – Apêndice B deste Manual.

Cumpridas todas as exigências acima descritas, o mestrando poderá requerer o diploma de Mestre, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIMAR.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UNIMAR homologará o título de Mestre, que será expedido de acordo com as normas estabelecidas pelo MEC/CNE (CAPES).

O mestrando que concluir todos os créditos exigidos pelo Programa de Mestrado e não proceder à Defesa de Dissertação poderá, a critério da subcomissão do Programa, receber Certificado de Especialização, mediante a apresentação e aprovação de uma Monografia nos termos do Regulamento Geral da Pós-Graduação da UNIMAR.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, *NBR 6023*: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6024*: Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6027*: Sumário - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6028*: Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6034*: Índice - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, *NBR 10520*: Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12225*: Lombada - Apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, *NBR 14724*: Informação e documentação - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15287*: Projeto de pesquisa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. 2. ed. ver. ampl. São Paulo: 2002.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no curso de Direito: trabalho de conclusão de curso: metodologia e técnicas de*

pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica: para o curso de Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008.

REGULAMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA / UNIMAR. Marília, São Paulo, Capítulo VIII, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. ver ampl. de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - BIBLIOTECA CENTRAL. *Modelo de ficha catalográfica*. Disponível em <http://www.unimar.br/biblioteca/ficha_catalografica_MODELO.doc> Acesso em: 23 jan. 2012.

Anexos

ANEXO A

REGRAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)

Os textos devem ser digitados ou datilografados em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações. Se impresso, utilizar papel branco **ou reciclado**, no formato A4 (21 cm x 29,7 cm).

Os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha, com exceção dos dados internacionais de catalogação-na-publicação [ficha catalográfica] que devem vir no verso da folha de rosto. **Recomenda-se que os elementos textuais e pós-textuais sejam digitados ou datilografados no anverso e verso das folhas.**

As margens devem ser: para o anverso, esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; **para o verso, direita e superior de 3 cm e esquerda e inferior de 2 cm.**

Recomenda-se, quando digitado, fonte tamanho 12 para todo o trabalho, inclusive capa, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser em tamanho menor e uniforme.

Espaçamento

Todo texto deve ser digitado ou datilografado com espaçamento de 1,5 entre as linhas, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, tipo de projeto de pesquisa e nome da entidade, que devem ser digitados ou datilografados em espaço simples. **As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.**

Na folha de rosto e na folha de aprovação, o tipo de trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita.

Espaçamento de 1,5 entre linhas entre o texto e citações diretas.
Espaçamento 1,5 entre linhas entre o título e início do texto e entre itens e subitens.

NOTAS DE RODAPÉ

As notas devem ser digitadas ou datilografadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples entre as linhas e por filete de 5 cm, a partir da margem esquerda. Devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente sem espaço entre elas e com fonte menor.

INDICATIVOS DE SEÇÃO

O indicativo numérico, em algarismo arábico, de uma seção, precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço de caractere. Os títulos das seções primárias devem começar em página ímpar (anverso), na parte superior da mancha gráfica e ser separados do texto que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Da mesma forma, os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Títulos que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra da primeira palavra do título.

TÍTULOS SEM INDICATIVO NUMÉRICO

Os títulos, sem indicativo numérico – errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário, referências, glossário, apêndice(s), anexo(s) e índice(s) – devem ser centralizados.

TÍTULOS NUMERADOS: Introdução, capítulos e conclusão (recuados à margem esquerda).

ELEMENTOS SEM TÍTULO E SEM INDICATIVO NUMÉRICO: folha de aprovação, dedicatória e a epígrafe.

PAGINAÇÃO

As folhas ou páginas pré-textuais devem ser contadas [a partir da folha de rosto], mas não numeradas.

Para trabalhos digitados ou datilografados somente no anverso, todas as folhas, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, considerando somente o anverso. A numeração deve figurar, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

Quando o trabalho for digitado ou datilografado em anverso e verso, a numeração das páginas deve ser colocada no anverso da folha, no canto superior direito; e no verso, no canto superior esquerdo.

No caso de o trabalho ser constituído de mais de um volume, deve ser mantida uma única sequência de numeração das folhas ou páginas, do primeiro ao último volume. Havendo apêndice e anexo, as suas folhas ou páginas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal.

NUMERAÇÃO PROGRESSIVA

Elaborada conforme a ABNT NBR 6024. A numeração progressiva deve ser utilizada para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho. Destacam-se gradativamente os títulos das seções, utilizando-se os recursos de negrito, itálico ou sublinhado e outros, no sumário e, de forma idêntica, no texto.

1 CAIXA ALTA (negrito)

1.1 CAIXA ALTA (sem negrito)

1.1.1 Iniciais maiúsculas

1.1.1.1 Itálico

SIGLAS

A sigla, quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo.

EXEMPLO

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

EQUAÇÕES E FÓRMULAS

Para facilitar a leitura, devem ser destacadas no texto e, se necessário, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses, alinhados à direita. Na sequência normal do texto, é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices, entre outros).

EXEMPLO

$$x^2 + y^2 = z^2$$

$$(x^2 + y^2)/5 = n$$

ILUSTRAÇÕES

Qualquer que seja o tipo de ilustração, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativo (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem e outros), seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e de seu respectivo título. Após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor), legenda, notas e outras informações necessárias à sua compreensão (se houver). A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

ANEXO B

**UNIVERSIDADE DE MARILIA - UNIMAR
PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO**

Autorização para divulgação da Dissertação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu,

Nacionalidade _____, Estado _____ Civil _____

_____ Profissão _____, residente e domiciliado na _____

_____ na Cidade de _____ Estado _____, portador da

Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº.

_____, na qualidade de titular dos direitos da obra (título)

resultado da Dissertação defendida e aprovada no Programa de Mestrado em Direito da UNIMAR em ___/___/___, com base no disposto na Lei Federal nº. 9160, de 19 de Fevereiro de 1998 e na Portaria da CAPES nº. 13 de 15.02.2006, AUTORIZO a UNIMAR – Universidade de Marília, a

Autorização para divulgação da Dissertação

divulgar na *home page* da Instituição a referida dissertação, em inteiro teor em formato PDF, a partir desta data.

Marília, _____ de _____ de _____

Assinatura do autor: _____

OBS.: A dissertação deverá ser gravada em CD, no formato PDF, e entregue na caixa com a Ficha Catalográfica.

ANEXO C

SÍNTese

NBR 6023: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – REFERÊNCIAS - ELABORAÇÃO

MODELOS DE REFERÊNCIAS (extraídos na íntegra da NBR citada)

[...]

7.1 Monografia no todo

Inclui livro e/ou folheto (manual, guia catálogo, enciclopédia, dicionário etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, entre outros)

7.1.1 Os elementos essenciais são: autor(es), título, edição, local, editora e data de publicação.

Exemplo: GOMES, L. G. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.

7.1.2 Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplos: GOMES, L. G. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998. 137 p., 21 cm. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15.) Bibliografia: p 131-132. ISBN 85-228-0268-8.

HOUAISS, Antonio (Ed.) **Novo dicionário Folha Websters: inglês/português, português/inglês**. Coeditor Ismael Cardim. São Paulo: Folha da Manhã, 1996. Edição exclusiva para o assinante da Folha de S. Paulo.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma

teoria. Brasília, DF: ABDF, 1987.
Originalmente apresentada como
dissertação de mestrado.
Universidade de Brasília, 1986.

7.2 Monografia no todo em meio eletrônico

7.2.1 As referências devem obedecer aos padrões indicados para os documentos monográficos no todo, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Exemplo: KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.) **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

7.2.2 Quando se tratar de obras consultadas online, também são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < > , precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em: opcionalmente acrescida dos dados referentes a hora, minutos e segundos.

Nota – Não se recomenda referenciar material eletrônico de curta duração nas redes.

Exemplo: ALVES, Castro. **Navio negreiro**. [S.I]: Virtual Books, 2000.
Disponível em:
<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 10 jan. 2002, 16:30:30.

7.3 Parte de monografia

Inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor(es) e/ou título próprios.

- 7.3.1 **Os elementos essenciais são:** autor(es), título da parte, seguidos da expressão “In”, e da referência completa da monografia no todo. No final da referência, deve-se informar a paginação ou outra forma de individualizar a parte referenciada.

Exemplos: ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHIMIT, J. (Org.). **História dos jovens 2**. São Paulo; Companhia das Letras, 1996, p. 7-16.

[...]

7.4 Parte de monografia em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para partes de monografias, de acordo com 7.3, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, *online* etc.).

Exemplos: POLÍTICA. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dIIdlpo>
Acesso em: 8 mar.1999.

[...]

7.5 Publicação periódica

Inclui a publicação como um todo, fascículo ou número de revista, número de jornal, caderno, etc. na íntegra, e a matéria existente em um número, volume ou fascículo de periódico (artigos científicos de revistas, editoriais, matérias jornalísticas, seções, reportagens etc.)

7.5.1 Publicações periódicas como um todo.

[...]

7.5.1.1 Os elementos essenciais são: título, local de publicação, editora, datas de início e encerramento da publicação, se houver.

Exemplo: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

7.5.1.2 Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplos: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939 – Trimestral. Absorveu Boletim Geográfico do IBGE. Índice acumulado, 1939-1983. ISSN 0034-723X.

[...]

7.5.2. Partes de revista, boletim etc.

Inclui volume, fascículo, números especiais e suplementos, entre outros, sem título próprio.

7.5.2.1 Os elementos essenciais são: título da publicação, local de publicação, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo, informações de períodos e datas de sua publicação.

Exemplo: DINHEIRO. São Paulo: Ed. Três, n. 148, 28 jun 2000.

7.5.2.2 Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo: DINHEIRO: revista semanal de negócios. São Paulo: Ed. Três, n. 148, 28 jun 2000, 98p.

7.5.3 Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc.

Inclui partes de publicações periódicas (volumes, fascículos, números especiais e suplementos, com título próprio), comunicações, editorial, entrevistas, resenhas, reportagens, resenhas e outros.

7.5.3.1 Os elementos essenciais são: autor(es), título da parte, artigo ou matéria, título da publicação, numeração correspondente ao volume

e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, quando se tratar de artigo ou matéria, data ou intervalo de publicação e particularidades que identificam a parte (se houver).

Exemplos:

As 500 maiores empresas do Brasil. **Conjuntura econômica**. Rio de Janeiro, v. 38, n.9, set. 1984. Edição especial.

[...]

TOURINHO NETO, F. C. Dano ambiental. **Consulex**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 18-23, fev. 1997.

MANSILLA, H. C. F. La controversia entre universalismo y particularismo en la filosofia de la cultura. **Revista Latinoamericana de Filosofia**, Buenos Aires, v. 24, n. 2, primavera 1998.

[...]

7.5.4 Artigo e/ou matéria de revista, boletim etc. em meio eletrônico.

As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de revista, boletim etc. de acordo com 7.5., acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, *online* etc.). Quando se tratar de obras consultadas online, proceder-se-á conforme 7.2.2.

Exemplos:

VIEIRA, Cássio Leite; LOPES, Marcelo. A queda do cometa. **Neo Interativa**, Rio de Janeiro, n. 2, inverno 1994. 1 CD-ROM.

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <http://www.brazilnet.com.br/context>

<s/brasilrevistas.htm>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

[...]

7.5.5 Artigo e/ou matéria de jornal

Inclui comunicações, editorial, entrevistas, resenhas, reportagens, resenhas e outros.

7.5.5.1 Os elementos essenciais são: autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.

Exemplo:

[...]
LEAL, N. MP fiscaliza com autonomia total. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 1999.

7.5.5.2 Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo:

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 2, 12 jan. 2002.

7.5.6 Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de jornal, de acordo com 7.5.5, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, *online* etc.). Quando se tratar de obras consultadas online, proceder-se-á conforme 7.2.2.

Exemplos:

SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em

http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm. Acesso em: 19 set. 1998.

7.6 Evento como um todo

Inclui o conjunto dos documentos reunidos num produto final do próprio evento (atas, anais, resultados, proceedings, entre outras denominações).

7.6.1 Elementos essenciais

Os elementos essenciais são: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização. Em seguida deve-se mencionar o título do documento (anais, atas, tópico temático, etc.), seguido dos dados de local de publicação, editora e data de publicação.

Exemplo: IUFOST INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON CHEMICAL CHANGES DURING FOOD PROCESSING, 1884, Valencia. Proceedings... Valencia: Instituto de Agroquímica y Tecnologia de Alimentos, 1984.

7.6.2 Elementos complementares

Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplo: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 20., 1997, Poços de Caldas. **Química:** academia, indústria, sociedade: livro de resumos. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1997.

7.6.3 Evento como um todo em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para evento como um todo, de acordo com 7.6.1 e 7.6.2, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, *online* etc.)

Exemplo: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe. 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>. Acesso em 21 jan. 1997.

7.7 Trabalho apresentado em evento

Inclui trabalhos apresentados em evento (parte do evento)

7.7.1 Elementos essenciais

Os elementos essenciais são: autor(es), título do trabalho apresentado, seguido da expressão In:, nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

Exemplos: BRAYNER, A R. A; MEDEIROS, C. B.. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9, 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP. 1994. p. 16-29.

[...]

7.7.2 Quando necessário acrescenta-se elementos complementares para melhor identificar o documento.

Exemplo: MARTIN NETO, L.; BAYER, C.; MIELNICZUK, J. Alterações qualitativas de matéria orgânica e os fatores determinantes de sua estabilidade num solo podzólico vermelho escuro em diferentes sistemas de manejo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 26, 1977, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de

Ciência do Solo, 1977, p. 443, ref. 6-141.

7.7.3 Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados para trabalhos apresentados em evento, de acordo com 7.7.1 e 7.7.2, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, *online* etc.). Quando se tratar de obras consultadas *online*, proceder-se-á conforme 7.2.2.

Exemplos:

GUNCHO, M. R. A educação à distância e a biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 10.. 1998, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD-ROM.

SILVA, R. N.; Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: UFPE, 1996. Disponível em: <http://www.prpesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm> Acesso em: 21 jan.1997.

[...]

8 Transcrição dos elementos

Os padrões indicados nesta Norma para apresentação dos elementos que compõem as referências aplicam-se a todos os tipos de documentos (ver seção 7).

8.1 Autoria

[...]

8.1.1 Autor pessoal

Indica(m)-se o(s) autor(es), de modo geral, pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, usados na mesma lista de referências. Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula, seguido de espaço.

Exemplo: ALVES, Roque de Brito. **Ciência criminal**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

[...]

8.1.1.1 Quando existirem mais de três autores, indica-se apenas o primeiro, acrescentado-se a expressão et al.

Exemplo: URANI, A et al. **Constituição de uma matriz de contabilidade social para o Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 1994.

NOTA: Em casos específicos (projetos de pesquisa científica, indicação de produção científica em relatórios para órgãos de financiamento etc.), nos quais a menção dos nomes for indispensável para certificar a autoria, é facultado indicar todos os nomes.

8.1.1.2 Quando houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletâneas de vários autores, a entrada deve ser feita pelo nome do responsável, seguida da abreviação, no singular, do tipo de participação (organizador, compilador, editor, coordenador, etc.)

Exemplo: FERREIRA, Leslie Piccolotto (Org.). **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

[...]

8.1.1.4 Outros tipos de responsabilidade (tradutor, revisor, ilustrador entre outros) podem ser acrescentados após o título, conforme aparecem no documento. Quando existirem mais de três nomes exercendo o mesmo tipo de responsabilidade, aplica-se o recomendado em 8.1.1.

Exemplos: DANTE ALIGHIERI. **A Divina comédia**. Tradução, prefácio e

notas: Hernani Donato. São Paulo: Círculo do Livro, [1983]. 344p.

GOMES, Orlando. **O direito de família**. Atualização e notas de Humberto Theodoro Júnior. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 592 p.

8.1.2 Autor entidade

As obras de responsabilidade de entidade (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários etc.) têm entrada, de modo geral, pelo seu próprio nome, por extenso.

Exemplos:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos; apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo**, 1992. São Paulo, 1993, 467p.
[...]

8.1.3 Autoria desconhecida

Em caso de autoria desconhecida, a entrada é feita pelo título. O termo anônimo não deve ser usado em substituição ao nome do autor desconhecido.

Exemplo:

DIAGNÓSTICO do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1993, 64p.

[..]

